

**UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO  
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

**ELAINE BAPTISTA JANUÁRIO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CIDADÃO IDOSO NO MUNICÍPIO  
DE OSASCO**

**São Paulo  
2011**

**ELAINE BAPTISTA JANUÁRIO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CIDADÃO IDOSO NO MUNICÍPIO  
DE OSASCO**

Trabalho de Monografia apresentado para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social da Universidade de Santo Amaro, sob orientação da Professora Doutora Marlene Almeida de Ataíde.

**São Paulo  
2011**

**ELAINE BAPTISTA JANUARIO**

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CIDADÃO IDOSO NO MUNICÍPIO  
DE OSASCO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado para obtenção do título de bacharel em Serviço Social, do curso de Serviço Social da Universidade de Santo Amaro.

Data da Aprovação \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

**BANCA EXAMINADORA**

---

Marlene Almeida de Ataíde  
Professora Doutora  
Universidade de Santo Amaro

---

Luciane de Cássia de Faria  
Professora Especialista  
Universidade de Santo Amaro

Conceito Final: \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

A minha filha Gabriela, razão do meu viver, por toda a paciência e disposição ao longo destes anos, em dividir o tempo comigo, para que eu pudesse chegar até aqui.

*Elaine Baptista Januário*

## AGRADECIMENTOS

A Deus, primeiramente pela vida, pela força nesta longa jornada e por permitir a conclusão de mais esta etapa em minha vida.

Ao meu esposo Eduardo pela amizade, pelo incentivo e motivação durante minha formação. Um agradecimento especial pela sua contribuição acadêmica no desenvolvimento deste trabalho.

A minha filha Gabriela, pelo meu crescimento como pessoa.

Aos meus pais, pelo carinho e educação que tenho hoje e, ao meu irmão Cleber, pela ajuda e apoio.

A toda minha família, que durante este período soube compreender a minha ausência, em especial, a minha sogra Dona Lia, pela educação, pelo cuidado e pelo amor incondicional que tem dedicado a minha filha durante toda a sua existência.

Ao CATI – Centro de Atenção a Terceira Idade que me permitiu a realização da pesquisa, e a todos os sujeitos que se disponibilizaram em participar deste trabalho.

As minhas amigas de Faculdade Cleide, Marli e Salete pela amizade nesses anos de convivência, que carinhosamente ficarão em meu coração.

A amiga Marli, que sempre esteve ao meu lado compartilhando comigo os momentos tristes e alegres que a vida têm me ofertado.

Agradeço também, a minha turma de sala de aula, pela amizade, descontração e pela parceira onde junto trilhamos o caminho do conhecimento e do saber.

A professora Dr<sup>a</sup> Roseli Albuquerque, pela orientação na Iniciação Científica durante o período de 2009-2010 da qual foi financiada pelo Programa de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC – CNPq – UNISA, pelo apoio, incentivo e amizade.

Um agradecimento especial à professora Dr<sup>a</sup> Marlene Almeida de Ataíde, por acreditar em meu desempenho durante o projeto, pelas ricas orientações, incentivo e pela amizade. Meu respeito e admiração!

A todos, que de alguma forma estiveram presentes nessa minha jornada.  
Muito Obrigada!

## LISTA DE SIGLAS

ACM	- Associação Cristã de Moços.
Art.	- Artigo (s).
CATI	- Centro de Atenção a Terceira Idade
CCI	- Centro de Cidadania ao Idoso.
CEPAE	- Centro de Preparação e Atenção ao Envelhecimento.
CRAS	- Centro de Referência e Assistência Social.
FUNRURAL	- Fundo de Assistência e Previdência do Trabalhador Rural.
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
LOAS	- Lei Orgânica da Assistência Social.
ONU	- Organização das Nações Unidas.
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio.
PIBIC	- Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica.
PNI	- Política Nacional do Idoso.
SBGG	- Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia.
SESC	- Serviço Social do Comércio.
UNISA	- Universidade de Santo Amaro.

## RESUMO

Este trabalho teve como objetivo principal conhecer as políticas públicas no Município de Osasco voltadas para o segmento idoso. Contudo, foi feita uma contextualização deste cidadão, visto que hoje o aumento dessa população vem sendo constatado pelos últimos censos demográficos do IBGE trazendo consigo questões como: envelhecimento, família, violência, direitos, entre outros assuntos. Diante do exposto, tratamos também de compreender como se desenvolve as políticas públicas no referido município e que são voltadas para o segmento idoso, bem como essa política é associada pelos idosos após terem ingressado no Programa. Para isso, foram realizadas pesquisas junto à gestão do Programa para ouvir a opinião sobre essa política na vida dos idosos, e ainda, foram entrevistados quatro idosos que participam do referido Programa para conhecer os significados que atribuem à política do idoso no Município de Osasco. Tratou-se de pesquisa qualitativa, tendo como técnica de abordagem dos sujeitos a História Oral na perspectiva sociológica que utilizou um roteiro com perguntas semi-estruturadas com vistas à coleta de dados.

**Palavras-chaves:** Idosos, Políticas Públicas, Família, Centro de Atendimento, Envelhecimento.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>10</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	<b>12</b>
<b>1. CONCEITOS E RESGATE HISTÓRICO ACERCA DO IDOSO NO BRASIL</b>	
1.1 Idosos: alguns conceitos.....	13
1.2 Dados do crescimento da população idosa no Brasil.....	17
1.3 Definindo geriatria e gerontologia.....	21
<b>CAPÍTULO II</b>	
<b>2. O IDOSO NA CENA CONTEMPORÂNEA</b>	<b>25</b>
2.1 Conceitos de família que percorreram e percorrem a história.....	26
2.2 A importância da família na vida do idoso.....	30
2.3 Violência contra o idoso: alguns conceitos.....	32
2.4 O Serviço Social diante das demandas advindas da pessoa idosa.....	37
<b>CAPÍTULO III</b>	
<b>3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DO IDOSO: DESAFIOS E CONQUISTAS</b>	<b>44</b>
3.1 Argumentando sobre políticas públicas.....	45
3.2 Histórico das conquistas dos direitos dos idosos.....	46
3.3 Políticas públicas para idosos no Município de Osasco.....	50
3.4 A Pesquisa.....	50
3.4.1 Os objetivos, o problema e a hipótese da pesquisa.....	53
3.4.2 Procedimentos Metodológicos.....	54
3.4.3 <i>Lócus</i> e os sujeitos da pesquisa.....	56
3.4.4 Análise dos resultados.....	57

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>71</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>73</b>
<b>ANEXO A</b>	
<b>Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....</b>	<b>76</b>
<b>APÊNDICE A</b>	
<b>Esboço de Instrumental para a Coleta de Dados.....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE B</b>	
<b>Esboço de Instrumental para a Coleta de Dados.....</b>	<b>78</b>

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é fruto das minhas indagações sobre as políticas públicas de atenção aos idosos no Município de Osasco na região Oeste da Capital – SP, interesse este que foi despertado no ano de 2009-2010, quando realizava a pesquisa de Iniciação Científica contemplada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIQ. No entanto, a referida pesquisa naquele momento foi direcionada para pessoas idosas que freqüentavam a Universidade da Terceira Idade – UNISA – Universidade de Santo Amaro.

No Brasil, o envelhecimento populacional vem sendo constatado pelos últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os quais mostram que, por exemplo, no censo de 1970, a população relativa de idosos brasileiros já era de 5,1%. Porém, no censo demográfico do ano 2000, esse percentual se elevou para 8,6%, com uma população absoluta de 14,5 milhões de pessoas. Segundo projeções para 2020, esse contingente chegará a aproximadamente 30,9 milhões de idosos brasileiros.

O idoso hoje, encarando a velhice como uma etapa da vida, como foi a infância, a adolescência e a fase adulta quebrando-se o mito - declínio fisiológico e neurológico - não mais necessita esperar depressivamente a morte; compreende seus direitos, reconquista seu espaço e exerce sua cidadania.

Um dos aspectos que foram destacados na pesquisa foi a ênfase no que se refere à qualidade de vida do idoso, compreendido não apenas na perspectiva de renda e saúde, mas no que se refere à satisfação pessoal, as relações de trocas e espaços de sociabilidade para construir novas amizades e assim libertarem-se do medo, da solidão, enfim, daqueles fantasmas que cercam aqueles que permanecem isolados do mundo social.

Portanto foi nesta perspectiva que o trabalho em questão buscou conhecer as políticas públicas no Município de Osasco visando oferecer as oportunidades de espaços de convívio de sociabilidade para o uso fruto dessa população específica de forma igualitária conforme prescreve o Estatuto do Idoso.

Esse processo investigativo possibilitou conhecer como funciona a gestão desses projetos, quem são seus gestores e suas intenções no que se refere à qualidade de vida dos idosos do Município.

Diante disso este trabalho teve como objeto de estudo as Políticas públicas para o atendimento de idosos no Município de Osasco – SP. Como objetivo geral delimitou-se em conhecer as políticas públicas de atenção aos idosos no referido município, sendo eleitos como objetivos específicos entrevistar responsáveis pela gestão das políticas públicas com a finalidade de analisar a eficiência no atendimento e ainda, entrevistar quatro idosos com idade acima de 65 anos, ambos os gêneros, usuários das políticas públicas para averiguar a satisfação no atendimento.

A indagação presente nesse estudo foi desvelar se as políticas públicas no Município de Osasco atende satisfatoriamente as necessidades dos idosos, ou fala-se de uma política para atender apenas aqueles sujeitos que por iniciativa própria buscam o programa? E, enquanto questão norteadora se as políticas públicas de atenção aos idosos no referido município se apresentam ainda incipientes, pois não atinge o segmento das pessoas idosas na sua totalidade, havendo um excedente de pessoas excluídas dos programas que oferecem serviços a essa população.

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa constitui-se em qualitativa utilizando como técnica para coleta de dados a História Oral com base em autores consagrados que discutem este tipo de técnica.

Assim, no primeiro capítulo buscou-se trazer conceitos e um resgate histórico acerca do idoso no Brasil além dos dados do crescimento da população idosa definindo ainda sobre geriatria e gerontologia.

No segundo capítulo discutiu-se sobre o idoso na cena contemporânea, trazendo alguns conceitos de família e a importância desta na vida do idoso, sem deixar de discorrer sobre a questão da violência contra esse segmento fazendo ainda uma interlocução com o Serviço Social diante das demandas advindas da pessoa idosa.

O terceiro capítulo foi dedicado a uma discussão concernente as políticas públicas e direitos dos idosos argumentando sobre essas mesmas políticas na perspectiva da garantia de direitos desses cidadãos evidenciando as conquistas ao longo da história e como essas políticas são trabalhadas no Município de Osasco.

A partir dessa discussão iniciamos a pesquisa propriamente dita perpassando pelos objetivos, o problema e a hipótese, bem como dos procedimentos Metodológicos apresentando os sujeitos da pesquisa e por fim análise dos resultados que foram obtidos.

## CAPÍTULO I

### CONCEITOS E RESGATE HISTÓRICO ACERCA DO IDOSO NO BRASIL



*Os anos ensinam muitas coisas que os dias desconhecem.*

*Émerson*

# 1. CONCEITOS E RESGATE HISTÓRICO ACERCA DO IDOSO NO BRASIL

## 1.1 Idosos: alguns conceitos

O presente capítulo pretende realizar uma discussão sobre a pessoa idosa e neste sentido é importante fazer algumas considerações sobre o significado do envelhecer.

Assim, Barreto (2006)<sup>1</sup> define o que essa fase da vida significa:

Envelhecer é uma dádiva, uma conquista da humanidade e motivo especial para celebrar. Envelhecer significa prolongar a vida, vencer a morte precoce, superar os enormes desafios da pobreza extrema, das doenças infecciosas e da falta de acesso a cuidados adequados de saúde. Envelhecer significa também menor fertilidade, um novo equilíbrio demográfico na sociedade, uma sociedade predominantemente adulta. (BARRETO, 2006, p. 1).

O significado da palavra idoso, segundo o Minidicionário da Língua Portuguesa (2005, p. 268)<sup>2</sup> é conceituado como: “*Pessoa que tem muitos anos*”.

Gaglietti, Barbosa (2007)<sup>3</sup>, apresentam a seguinte reflexão:

[...] não é possível tratar a idade dos indivíduos como uma característica independente do contexto no qual ela toma sentido, tanto mais que a fixação de uma idade para demarcar a fronteira entre a fase adulta e a velhice é produto de uma luta que envolve diferentes gerações. (GAGLIETTI, BARBOSA, 2007, p.139).

Pesquisas realizadas apontam muitas definições e conceitos sobre o envelhecimento do ser humano, no entanto, Veras (2003)<sup>4</sup>, faz um questionamento se existe realmente uma idade certa para considerar uma pessoa como velha:

---

<sup>1</sup> BARRETO, Sandhi Maria. RESENHAS BOOK REVIEWS - Envelhecimento: Prevenção e Promoção da Saúde. Litvoc J, Brito FC, organizadores. São Paulo: Atheneu; 2004. 226 pp. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(9): 2009-2013, set, 2006. <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n9/27.pdf>> Acesso em 01/11/10.

<sup>2</sup> IDOSO. Minidicionário da Língua Portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 268.

<sup>3</sup> GAGLIETT, Mauro; BARBOSA, Maria Helena Saldanha. *Que idade tem a velhice?* Revista RBCEH, Passo Fundo V.4, nº 2, páginas 136-148, Jul/Dez 2007. Disponível em <http://www.upf.tche.br/seer/index.php/rbceh/article/viewFile/131/103>. Acesso em 24 set 2009.

<sup>4</sup> VERAS, Renato P. et al. A terceira idade: um envelhecimento digno para o cidadão do futuro. São Paulo: Relume-Dumará; UnATI/UERJ, 1995.

Quando uma pessoa se torna velha? Aos 55, 60, 70 ou 75 anos? Nada flutua mais do que os limites da velhice em termos de complexidade fisiológica, psicológica e social. Uma pessoa é tão velha quanto as suas artérias, quanto seu cérebro, quanto seu coração, quanto seu moral ou quanto sua situação civil? Ou é a maneira pela qual outras pessoas passam a encarar as características que classificam as pessoas como velhas? (VERAS, 2003, p. 10-11).

Observa-se ainda conforme Veras (2003), a impossibilidade de se tecer conceitos universais e com uma terminologia global e universal com padrões para se classificar o envelhecimento, mas é evidente que dentro de sociedades específicas existam conotações políticas e ideológicas associadas ao conceito. Culturalmente a velhice é percebida de forma diferenciada de acordo com a expectativa de vida em cada país. Em uma cidade na qual as pessoas vivem em favelas super povoadas, a velhice será uma experiência distinta daquela vivida em uma localidade de casas luxuosas.

Dessa forma, podemos somar informações caracterizando o idoso como uma pessoa que durante uma considerável etapa da vida contribuiu para a sociedade com sua força de trabalho e com experiências de vida, trazendo significado para sua existência e tornando-se parte integrante da sociedade, mas que, nos últimos tempos, vem perdendo seu espaço e sua cidadania à medida que envelhece. Logo, seu papel na sociedade de consumo diminui, além disso, tem maiores dificuldades de se inserir nos espaços de sociabilidade, e que conforme analisa Camarano (1999)<sup>5</sup>,

Quando essa distinção é feita a partir de critérios impessoais, como exigem, por exemplo, a maioria das leis, é necessária a existência de algum tipo de característica universal observável entre os indivíduos que permita classificá-los como pertencentes ou não a uma determinada categoria. (CAMARANO, 1999, p. 3)

Beauvoir (1990)<sup>6</sup> faz uma explanação do conceito de velhice e destaca:

Na verdade, quando se trata de nossa espécie, não é fácil circunscrevê-la. Ela é um fenômeno biológico: o organismo do homem idoso apresenta certas singularidades. A velhice acarreta,

---

<sup>5</sup> CAMARANO, Ana Amélia (org.). Muito além dos 60. IPEA, Rio de Janeiro, dez.1999.

<sup>6</sup> BEAUVOIR, Simone de. A velhice. (Tradução de Maria Helena Franco Monteiro). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

ainda, conseqüências psicológicas: certos comportamentos são considerados, com razão, como característicos da idade avançada. Como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com sua própria história. Por outro lado, o homem não vive nunca em estado natural; na sua velhice, como em qualquer idade, seu estatuto lhe é imposto pela sociedade à qual pertence. O que torna a questão complexa é a estreita interdependência desses diferentes pontos de vista. (BEAUVOIR, 1990, p. 15-19).

Encontrar um critério de demarcação que permita diferenciar um indivíduo idoso de um não-idoso pode provocar objeções do ponto de vista científico. Quando essa distinção é feita a partir de critérios impessoais é necessária a existência de algum tipo de característica universal observável entre os indivíduos que permita classificá-los como pertencente ou não a uma determinada categoria, porém, o status idoso pode ser dado a indivíduos com determinada idade mesmo que não apresentem sinais de dependência ou senilidade associada à velhice e, mais importante, mesmo que recusem esse status.

Em todas as áreas de estudos, e mesmo da Ciência, muitas as terminologias e novos conceitos vêm surgindo para tentar classificar os indivíduos em idade mais avançada e sobre o envelhecimento humano. Muitas transformações ao longo do processo histórico, muitas conquistas de espaços sociais, direitos assegurados por lei, mas, ainda assim, a sociedade rotula e exclui aqueles que envelhecem e esquece que todos independentes de classe social, cultura ou raça, passará por este processo que, na opinião de muitos, constitui um triste processo.

No entanto, para Camarano (1999, p.3), numa tentativa de definição de um indivíduo como idoso pode basear-se em argumentos de caráter biológico, ou mais precisamente, de senilidade, onde pode ser possível demarcar através do padrão de declínio de determinadas características físicas, o momento a partir do qual o indivíduo pode ou não ser considerado como “velho”, onde tal definição é evidentemente, um juízo de valor. Os valores que fazem tornar válido esse juízo dependem de características específicas da sociedade onde os indivíduos vivem, logo, a definição de idoso não diz respeito a um indivíduo isolado, mas à sociedade em que ele vive. Assumir que a idade cronológica é como critério universal de classificação para a categoria é correr o risco de afirmar que indivíduos de diferentes contextos e diferentes épocas são iguais.

Almeida (2007)<sup>7</sup> ressalta que há um aspecto de subjetividade em relação ao conceito de velhice e que este difere de acordo com a sociedade que analisa a questão:

Porém, gera-se uma grande polêmica ao se tentar definir a velhice com precisão. Primeiro porque o processo de envelhecimento difere bastante de indivíduo para indivíduo – uma pessoa de idade avançada pode ter mais saúde e agilidade mental que uma pessoa bem mais nova. Em segundo lugar, uma pessoa vista como velha em determinada sociedade, pode ser considerada relativamente jovem em outra sociedade. (ALMEIDA, 2007, p. 6)

Para alguns, o velho é o objeto de um saber; para si mesmo, ele tem de seu estado uma experiência vivida. Portanto, a velhice não é um fato estático; é o resultado e o prolongamento de um processo. Processo que consiste na idéia de mudança que se dá desde a vida do embrião, do recém-nascido, da criança, é uma mudança contínua que caracteriza o envelhecimento. Mas ainda é subjetiva a análise de envelhecimento, pois apesar do indivíduo ter sofrido perdas consideráveis antes de se evidenciar sua degradação física é possível que realize ganhos intelectuais importantes ao longo dessa decadência.

Como dizem Rodrigues (2000) apud Schons e Palma (2000)<sup>8</sup>, envelhecer é uma arte, é um processo biológico inevitável, que acontece para todos os seres vivos da face da terra. Trata-se de um ciclo da vida, e, cada pessoa vive um processo diferente de envelhecimento, visto que se percebe e se sente que cada parte do corpo envelhece em épocas diferentes.

Dessa forma, torna-se necessário que o indivíduo mantenha-se atento a estas transformações, para que possa, então, aprender a conviver com elas, pois, além do processo de envelhecimento biológico e psicológico, ocorre também o envelhecimento social.

Da mesma forma que nosso corpo se modifica, também as nossas funções sociais, ou seja, os papéis que desempenhamos ao longo da vida vão se transformando. Passamos de filhos a pais e avós; de solteiros descomprometidos a responsáveis chefes de família; de estudantes a trabalhadores e, depois aposentados; de pessoas

---

<sup>7</sup> ALMEIDA, Karen Santana de. Velhice e Subjetividade: a condição de ser idoso na sociedade capitalista contemporânea. ed. abr. 2007. Artigo *on-line*. Disponível em: <[www.subsociologia.com.br/congresso\\_v02](http://www.subsociologia.com.br/congresso_v02)>. Acesso em: 10 out 2010.

<sup>8</sup> SCHONS, Carme Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social. 2. ed. Passo Fundo: UFP, 2000.

absolutamente sem tempo, devido às inúmeras atividades profissionais, a proprietários de um enorme tempo vazio. (RODRIGUES, 2000 apud SCHONS; PALMA, 2000, p. 22)

À medida que o processo de envelhecimento é inevitável, cabe a cada um preparar-se para enfrentar esta nova fase da vida, com muita lucidez, saúde e, acima de tudo, alegria.

Conforme colocado por Torres e Sá (2008)<sup>9</sup>:

É possível afirmar que o envelhecimento não é igual para todos, e para além da idade, depende das condições objetivas e vida em fases anteriores do ciclo vital, do acesso a bens e serviços, bem como da cobertura da rede de proteção e atendimento social. (TORRES; SÁ, 2008, p. 2)

A que aspecto damos maior valor?

Cada um dará uma resposta diferente, de acordo com sua tendência de valorizar mais as aptidões corporais ou as faculdades mentais, ou um equilíbrio entre uma e outra. É a partir de tais opções que os indivíduos e as sociedades estabelecem uma hierarquia de idades: mas, acredita-se que não há nenhuma que seja aceita totalmente.

## 1.2 Dados do crescimento da população idosa no Brasil

As transformações sociais, econômicas, comportamentais, demográficas e biológicas mostram que o envelhecimento da população é um fenômeno recente na história da humanidade.

É importante destacar que o envelhecimento humano apresenta-se de forma diferenciada em épocas, lugares e condições de vida específicas, exercendo uma forte influência na expectativa de vida.

A par dos dados coletados, Camarano (2002)<sup>10</sup> acrescenta que existe um

---

<sup>9</sup> TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer. Revista Ciências Humanas. Universidade de Taubaté Brasil. v. 1. n. 2. ed. 2008. Disponível em: <<http://cesarkiraly.opsblog.org/files/2009/04/art5-n2-v1.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2010.

<sup>10</sup> CAMARANO, A, A. Envelhecimento da população brasileira: uma contribuição demográfica. Artigo *on-line*. ed. jan. 2002. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/publ](http://www.ipea.gov.br/publ)>. Acesso em: 24 Nov 2010

aumento da população idosa em amplitude mundial e, de forma específica no Brasil, verifica-se também o fenômeno de envelhecimento da própria população de idosos, ao longo do tempo:

Pode ser exemplificado por um aumento da participação da população maior de 60 anos no total da população de 4% em 1940 para 8% em 1996. Além disso, a proporção da população “mais idosa”, ou seja, de 80 anos ou mais, também está aumentando, alterando a composição etária dentro do próprio grupo, isto é, a população considerada idosa também está envelhecendo. [...] No Brasil, a preocupação com os aspectos demográficos do envelhecimento de sua população é relativamente recente. A questão foi primeiramente levantada nos estudos sobre as conseqüências demográficas da queda da fecundidade. (CAMARANO, 2002, p. 1)

Berzins (2003)<sup>11</sup> afirma que, para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a forma e critério de avaliação estatística para medir o índice da população de idosos é compará-lo ao número de crianças.

[O IBGE] Considera um importante indicador relacionado à estrutura etária de um povo o Índice de Idosos que, é determinado pelo contingente de idosos e de crianças. Quanto mais elevada é a proporção de idosos em relação à proporção de crianças (menores de 15 anos), maior será a magnitude do fenômeno. Em 2000, o Brasil possuía 20 idosos para cada 100 crianças (19,77%), representando uma tendência de crescimento constante. (BERZINS, 2003, p. 25)

Ainda é possível observar um nítido processo de envelhecimento demográfico considerando que a população relativa de idosos brasileiros, pelo censo na década de 1970 já era de 5,1%, no entanto, no censo demográfico do ano 2000, a população brasileira de idosos já superava um contingente de 14,5 milhões de idosos e que estes representam 9,1% do total da população, e segundo projeções para 2020, esse contingente chegará a aproximadamente 30,9 milhões de idosos brasileiros.

Mediante aos dados preliminares do Censo 2010 já se percebe uma alteração na pirâmide etária brasileira comparada a última década:

---

<sup>11</sup> BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. Envelhecimento populacional, uma conquista para ser celebrada. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

Por outro lado, se ao concluir o Censo 2000 foram encontrados cerca de 24,5 mil brasileiros com mais de 100 anos, agora, com o trabalho ainda em andamento, os registros já contabilizam mais de 17 mil. “A queda da taxa de fecundidade e da mortalidade infantil, aliadas à maior expectativa de vida da população, explicam essa mudança do padrão demográfico”. (IBGE, 3º balanço da coleta de dados do Censo 2010).

Esse processo de envelhecimento demográfico repercutiu e continua repercutindo nas diferentes esferas da estrutura social, econômica, política e cultural da sociedade, uma vez que os idosos, da mesma forma que os demais segmentos etários (crianças, jovens e adultos), possuem demandas específicas para obtenção de adequadas condições de vida. Tais demandas fizeram da velhice tema privilegiado de investigação nas distintas áreas de conhecimento. Com isso, nota-se uma clara mudança no discurso, despertando em muitos intelectuais um interesse pelo tema ocasionando opiniões e avaliações objetivas e subjetivas sobre o assunto velhice.

Para Camarano (1999), esse crescimento demográfico brasileiro, do qual resulta uma crescente participação da população idosa, se dá, por alguns dos motivos, como a redução da fecundidade, a urbanização acelerada, considerando também uma das grandes conquistas deste século e, em todo o mundo, o aumento da longevidade, em especial, sobre a população idosa, pois a esperança de vida ao nascer apresentou ganhos de 30 anos entre 1940 e 1996, como resultado principal a queda da mortalidade infantil. Além de argumentar que,

Este fenômeno é chamado de envelhecimento populacional, pois se dá em detrimento da diminuição do peso da população jovem no total da população brasileira. Enquanto o envelhecimento populacional significa mudanças na estrutura etária, a longevidade é um processo que se inicia no momento do nascimento e altera a vida no indivíduo, a estrutura familiar e, certamente, a sociedade. (CAMARANO, 1999, p.1)

É interessante destacar que as mulheres apresentam uma sobrevivência maior que a população masculina e que as mudanças ocorridas foram bem mais expressivas entre as mulheres. A essa afirmação, Camarano (1999), esclarece que:

A esperança de vida ao nascer da população brasileira foi estimada em 63 anos para os homens e 72 anos para as mulheres, para o ano de 1996. [...] Mantido os ganhos nas práticas de saúde, pode-se acreditar que as expectativas de vida mais elevadas – ao redor de 75

anos para ambos os sexos – poderão, facilmente, passar para 90 e 100 anos em um futuro bem próximo. (CAMARANO, 1999, p.1)

A autora observa, ainda, que “O aumento da longevidade deve ser reconhecido como uma conquista social, o que se deve em grande parte ao progresso da medicina e a uma cobertura mais ampla dos serviços de saúde”. (CAMARANO, 1999, p.1).

Dessa forma a existência de uma população que envelhece rapidamente, traz um fato incontestável, a longevidade, o que exige um novo posicionamento diante do envelhecimento. A longevidade possui estreita relação com a qualidade de vida da população, e se constitui num dos indicadores de desenvolvimento humano, portanto, é de se considerar que o aumento no número de idosos acrescentou visibilidade à velhice, e com isso, vem trazendo preocupações e programas de atenção e proteção antes inexistentes, o que aponta para a necessidade de políticas públicas que promovam a dignidade e a melhoria das condições de vida de toda sociedade, conforme Estatuto do Idoso<sup>12</sup>, Capítulo I, Art. 9º, quando deixa evidente que “É obrigação do Estado garantir à pessoa idosa a proteção à vida e à saúde, mediante efetivação de políticas sociais públicas que permitam um envelhecimento saudável e em condições de dignidade”. Outra forma de reconhecimento da velhice como um processo natural da vida é disponibilizar recursos e acessos a bens e serviços que promovam a emancipação do cidadão, pois, de acordo com o Estatuto do Idoso,

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DO IDOSO, Título I, Artigo 3º)

---

<sup>12</sup> BRASIL. Lei Federal n. 10.741, de 1 de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. São Paulo: Sugestões Literárias, 2003.

### 1.3 Definindo Geriatria e Gerontologia

A especialidade em cuidar dos idosos tornou-se uma grande ciência no final do século XIX, no Ocidente, através da inglesa Marjorie Warren, que cuidava de pacientes crônicos, em Londres. No século XX, Nascher, pediatra americano nascido em Viena, criou o termo geriatria, um ramo da medicina que trata dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais das doenças que podem acometer os idosos. Mais tarde, foi criado o termo gerontologia, como uma especialidade com caráter global e um ramo da ciência que se propõe a estudar o processo de envelhecimento e os múltiplos problemas que possam envolver o ser humano. (BEAUVOIR, 1990).

Ao analisar o conceito de Gerontologia, Salgado (1989) apud Santos (2004)<sup>13</sup> define como:

O estudo do processo de envelhecimento, com base nos conhecimentos oriundos das ciências biológicas, psicocomportamentais e sociais [...] vêm se fortalecendo em dois ramos igualmente importantes: a Geriatria, que trata das doenças no envelhecimento; e a Gerontologia Social, voltada aos processos psicossociais manifestados na velhice. Embora não se encontrem definitivamente explorados esses dois setores das pesquisas gerontológicas já apresentaram [...] contribuições para elucidação da natureza do processo de envelhecimento, e provaram estar em condições de levantar questões sobre os problemas dele decorrentes. (SALGADO, 1989, apud SANTOS, 2004, p. 23)

Diante desse conceito, a gerontologia nada mais é que cuidar do ser humano que envelhece ou já envelhecido, ajudando-o a conquistar uma melhor qualidade de vida, na sua última fase do processo viver humano.

Santos (2004), justifica a existência da gerontologia com,

As questões sociais expressivas, como o aumento da expectativa de vida, acarretando problemas demográficos com a crescente demanda dos serviços de saúde para idoso e problemas epidemiológicos com a alta incidência e gastos elevados das Doenças Crônicas Não-Transmissíveis (DCNT), e outros problemas de largo alcance; a questão das desigualdades sociais, originárias do modelo econômico e das relações sociais entre os seres humanos e

---

<sup>13</sup> SANTOS, Silvana Sidney Costa. A gerontologia à luz da complexidade de Edgar Morin. Volume especial: Rio Grande. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, out 2004. Disponível em [http://www.remea.furg.br/edicoes/vol\\_e\\_1/art02.pdf](http://www.remea.furg.br/edicoes/vol_e_1/art02.pdf). Acesso em 16/fev. 2010 Acesso em 10 out 2010

entre as classes sociais; o exercício pleno da cidadania, não deixando dúvidas, sobre o caráter interventivo da gerontologia. No entanto, cabe à gerontologia não apontar a velhice como um problema social, mas conceber esta fase de vida e suas possibilidades como resultantes de ações multidimensionais. (SANTOS, 2004, p. 24)

E acrescenta ainda, que,

A gerontologia é uma disciplina científica multi-interdisciplinar e, acrescento, transdisciplinar, tendo como finalidade o estudo dos idosos, as características da velhice como fase final do ciclo de vida, o processo de envelhecimento e seus determinantes biopsicosociais. (PAPALLEO NETTO (2002) apud SANTOS, 2004, p. 24).

Verifica-se também, que ainda há muito a se desenvolver em estudos e trabalhos para haver um avanço na área da saúde e para os ramos específicos da geriatria e gerontologia social, tornando-se necessária uma maior publicação de livros brasileiros que sirvam de guia para os profissionais e estudiosos da área.

A autora ressalta que,

[...] o profissional que deseja atuar na Gerontologia, seja como geriatra, seja como gerontólogo social necessita desenvolver algumas aptidões ou qualidades singulares. [...] como sensibilidade e empatia; maturidade e capacidade de adaptação; amor pelos outros; objetividade e espírito de crítica; sentido social e sentido comunitário; flexibilidade e polivalência e, principalmente, criatividade. (SANTOS, 2004, p. 25).

Dentro do tema, Santos (2004) traz alguns conceitos importantes da Gerontologia sobre o envelhecimento, o idoso e a velhice, fazendo-se necessário uma percepção das diferenças, semelhanças desse objeto de trabalho e estudo da gerontogeriatra.

Portanto, como primeiro conceito da gerontologia a autora fala sobre o *envelhecimento* como um processo que ocorre durante o curso de vida do ser humano, que se inicia com o nascimento e termina com a morte. A esse processo de envelhecimento, cabe especificar as modificações pela qual passa o ser humano, a saber:

[...] provoca no organismo modificações biológicas, psicológicas e sociais; porém, é na velhice que este processo aparece de forma mais evidente. As modificações biológicas são as morfológicas, reveladas por aparecimento de rugas, cabelos brancos e outras; as

fisiológicas, relacionadas às alterações das funções orgânicas; as bioquímicas, que estão diretamente ligadas às transformações das reações químicas que se processam no organismo. As modificações psicológicas ocorrem quando, ao envelhecer, o ser humano precisa adaptar-se a cada situação nova do seu cotidiano. Já as modificações sociais são verificadas quando as relações sociais tornam-se alteradas em função da diminuição da produtividade e, principalmente, do poder físico e econômico, sendo a alteração social mais evidente em países de economia capitalista. (SANTOS, 2004, p. 26).

Partindo desta contextualização e das reflexões aqui tecidas, a autora considera:

O envelhecimento processo universal, que não afeta só o ser humano, mas a família, a comunidade e a sociedade, tendo a velhice como sua última fase. Lembro que o número de idosos está crescendo proporcionalmente no Brasil, existindo mais mulheres idosas e sós do que homens idosos. Acrescento que a velhice é um processo normal, dinâmico, e não uma doença, e que são notórias as desigualdades e as especificidades nesse contingente populacional, as quais se refletem na expectativa de vida, na morbidade, na mortalidade prematura, na incapacidade e na má qualidade de vida. (SANTOS, 2004, p. 28).

O segundo conceito *Idoso* pode ser definido conforme Organização das Nações Unidas (ONU) pela idade e, que pode diferir para países desenvolvidos que considera idosos como seres humanos com 65 anos e mais e países em desenvolvimento aqueles com 60 anos e mais, que é o caso dos idosos no Brasil.

Veras (2003) levanta um interessante questionamento ao indagar quando uma pessoa realmente se torna velha, bem como se existe realmente uma idade certa para considerar que uma pessoa seja velha.

Apesar de ser dos menos preciso, o critério cronológico é um dos mais utilizados para estabelecer o ser idoso, mas este não pode ser definido só pelo plano cronológico, pois outras condições, tais como físicas, funcionais, mentais e de saúde, podem influenciar diretamente na determinação de quem seja idoso. No entanto, a sociedade moderna, já está ampliando suas pesquisas à minimização do envelhecimento biológico e funcional, criando mecanismos que possibilite o diagnóstico precoce e a prevenção de determinadas doenças, além de ampliar o acesso aos serviços de saúde, orientação para hábitos alimentares e de higiene, a prática de exercícios físicos, dentre outros fatores que contribuam para o aumento da esperança de vida.

Com isso, “cria-se um novo modelo de ser humano, aquele que busca sua auto-realização, através do amor, do bem-estar, da vida privada. É o homem e a mulher que não querem envelhecer que querem ficar sempre jovem para sempre se amarem e sempre desfrutarem do presente” (MORIN, 2000b p. 152 apud SANTOS, 2004 p. 30).

Camarano (1999) destaca ainda que,

O *status* de idoso pode ser atribuído a indivíduos com determinada idade mesmo que não apresentem características de dependência ou senilidade associadas à velhice e, mais importante, mesmo que recusem esse *status*. (CAMARANO, 1999, p. 4).

Como terceiro conceito, Santos (2004) fala sobre a *velhice* e argumenta que este conceito:

[...] necessita ser visualizado como última fase do processo de envelhecer humano, pois a velhice não é um processo como o envelhecimento, é antes um estado que caracteriza a condição do ser humano idoso. (SANTOS, 2004, p. 30)

Estudar o tema sobre velhice nos aproxima de um estudo recente em nossa sociedade que requer amadurecimento e compreensão deste momento. No entendimento de Martins (2002) apud Santos (2004 p. 31), a velhice pode ser considerada um conceito abstrato, porque diz respeito a uma categoria criada socialmente para demarcar o período em que os seres humanos ficam envelhecidos, velhos, idosos. Mas é desejável que se perceba que, ao longo dos anos, são processadas mudanças também na forma de pensar, de sentir e de agir dos seres humanos que passam por esta etapa do processo de viver.

Trata-se de uma questão complexa, mas devemos admitir que envelhecer não é tão simples e que neste processo é possível verificar uma situação dialógica, onde o medo e as perdas com os ganhos e as boas expectativas se relacionam.

## CAPÍTULO II

### O IDOSO NA CENA CONTEMPORÂNEA



#### Envelhecer Albert Camus

**Envelhecer é o único meio de viver muito tempo.**

**A idade madura é aquela na qual ainda se é jovem, porém com muito mais esforço.**

**O que mais me atormenta em relação às tolices de minha juventude, não é havê-las cometido... é sim não poder voltar a cometê-las.**

**Envelhecer é passar da paixão para a compaixão.**

**Muitas pessoas não chegam aos oitenta porque perdem muito tempo tentando ficar nos quarenta.**

**Aos vinte anos reina o desejo, aos trinta reina a razão, aos quarenta o juízo.**

**O que não é belo aos vinte, forte aos trinta,**

**rico aos quarenta, nem sábio aos cinquenta,**

**nunca será nem belo, nem forte,**

**nem rico, nem sábio...**

**Quando se passa dos sessenta, são poucas as coisas que nos parecem absurdas.**

**Os jovens pensam que os velhos são bobos; os velhos sabem que os jovens o são.**

**A maturidade do homem é voltar a encontrar a serenidade como aquela que se usufruía quando se era menino.**

**Nada passa mais depressa que os anos. Quando era jovem dizia: “verás quando tiver cinquenta anos”.**

**Tenho cinquenta anos e não estou vendo nada.**

**Nos olhos dos jovens arde a chama, nos olhos dos velhos brilha a luz.**

**A iniciativa da juventude vale tanto quanto a experiência dos velhos. Sempre há um menino em todos os homens.**

**A cada idade lhe cai bem uma conduta diferente.**

**Os jovens andam em grupo, os adultos em pares e os velhos andam sós.**

**Feliz é quem foi jovem em sua juventude e feliz é quem foi sábio em sua velhice.**

**Todos desejamos chegar à velhice e todos negamos que tenhamos chegado.**

**Não entendo isso dos anos: que, todavia, é bom vivê-los, mas não tê-los.**

## 2.0 IDOSO NA CENA CONTEMPORÂNEA

### 2.1 Conceitos de família que percorreram e percorrem a história

A população e a família brasileira têm passado por muitas transformações históricas, econômicas, sociais e demográficas ao longo dos anos. Ela tem sido abordada sob diferentes enfoques e definições e vem levantando muitas discussões sobre o tema.

Afinal, o que é família, por que a família é tão importante e qual o seu papel na sociedade?

A idéia da família como uma instituição mediadora entre o indivíduo e a sociedade é evidenciada pela sua capacidade de interação com o todo. No entanto, vale ressaltar, no sentido mais claro e objetivo, que ela é o núcleo básico de indivíduos vinculados entre si por laços consangüíneos, consensuais ou jurídicos, que constituem complexas redes de parentescos atualizadas, tendo como modelo exemplar, a família conjugal tradicional constituída pelo casal e seus filhos não emancipados e que residem em um domicílio independente. É aquela relação que nasce especificamente na base do casal homem/mulher para regular suas interações e trocas de modo não casual.

Para Ferrari e Kaloustian (2004)<sup>14</sup>,

A família é o espaço indispensável para a garantia da sobrevivência de desenvolvimento e da proteção integral dos filhos e demais membros, independentemente do arranjo familiar ou da forma como vêm se estruturando. É a família que propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes. Ela desempenha um papel decisivo na educação formal e informal, é em seu espaço que são absolvidos os valores éticos e humanitários, e onde se aprofundam os laços de solidariedade. É também em seu interior que se constroem as marcas entre as gerações e são observados valores culturais. (FERRARI; KALOUSTIAN, 2004, p. 11-12).

A partir do relacionamento entre homens e mulheres é que a família reconstrói a dinâmica pela qual ela estrutura sua identidade social e constrói os

---

<sup>14</sup> FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manong (Org.). Família Brasileira: a base de tudo. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: DF: UNICEF, 2004.

seus valores. É também na família que os indivíduos se relacionam e trocam experiências, visto que ela é, ao mesmo tempo, um espaço de conflito e bem-estar.

Conforme analisa Nascimento (2006, p.5)<sup>15</sup>, diversas mudanças foram observadas nas últimas décadas no que se refere às condições de reprodução da população; na diminuição da fecundidade e mortalidade; no aumento da longevidade dos idosos, que tem sido proporcionado por melhores condições de vida e saúde; no papel da mulher dentro e fora do espaço doméstico; no aumento de uniões consensuais, nos padrões de relacionamento entre os membros da família; etc. A vida familiar vem se modificando em todos os segmentos da população brasileira, passando por momentos decisivos, sempre desafiando os pesquisadores e provocando novos estudos sobre o tema.

Carvalho e Almeida (2003, p.111-112)<sup>16</sup>, também descrevem sobre essas mudanças quando analisam o avanço da urbanização e da modernização que deixa a perceber uma descaracterização da família dando abertura a novos arranjos familiares. À primeira vista, essa nova realidade pode dar a impressão de que as famílias estão desestruturadas, ameaçadas, ou, até mesmo, em vias de extinção, mas, com uma leitura mais cuidadosa, pode-se perceber a enorme capacidade de mudança, interação e adaptação às transformações econômicas, sociais e culturais que essas famílias têm.

De acordo com a análise de Petrini, Alcântara e Moreira (2009)<sup>17</sup>,

A família contemporânea passa por mudanças em muitas dimensões, especialmente nas relações intergeracionais e de intimidade, caracterizada pela maior expressão dos afetos e busca de autonomia dos seus membros, a embasar a construção subjetiva individual. (PETRINI, ALCÂNTARA E MOREIRA, 2009, p. 1).

---

<sup>15</sup> NASCIMENTO, A. M. População e Família: ontem e hoje. Artigo on-line. Set. 2006 Caxambú – MG Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf)> Acesso em 25 nov. 2010.

<sup>16</sup> CARVALHO, I. M. M. de; ALMEIDA, P. H de. Família e proteção social. São Paulo em Perspectiva, 2003, v.17, n.2 p. 109-122. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em 25 nov 2010.

<sup>17</sup> PETRINI, J. C.; ALCANTARA, M. A. R de; MOREIRA, I. V de C. Família na contemporaneidade: uma análise conceitual. Artigo on-line. Disponível em: [http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia\\_na\\_contemporaneidade.pdf](http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf) Acesso em 25 nov. 2010.

A exemplo dessas mudanças, nas últimas décadas, vive-se a sexualidade sem a fecundidade, a sexualidade sem o amor, a fecundidade sem a sexualidade, ou seja, na prática, a ruptura com o matrimônio concebido no entrelaçamento de amor, sexualidade e fecundidade.

Com isso, o significado público da família vem diminuindo, deixando de ser objetiva, quando se refere à convivência familiar, para ser subjetiva, sendo mais instáveis e flutuantes, assumindo o dinamismo do mundo moderno.

Nascimento (2006, p.12)<sup>18</sup>, aponta que as transformações ocorridas dentro e fora das famílias nas últimas décadas, tem tido maior evidencia nas mudanças de valores, onde o valor da família não mais prevalece sobre os sentimentos individuais das pessoas, mas que por muito tempo e ainda hoje, os valores associados à família estiveram sempre apoiados num princípio que se atrela a sexualidade, reprodução e casamento, resultando num modelo de família conjugal, com casamento indissolúvel e monogâmico.

Petrini, Alcântara e Moreira (2009), falam ainda que,

Verifica-se uma des-institucionalização da família, no sentido de considerá-la como uma realidade privada, relevante apenas para o percurso existencial dos próprios membros. Prevalece a legitimação da família como grupo social expressivo de afetos, emoções e sentimentos. (PETRINI, ALCÂNTARA E MOREIRA, 2009, p. 4).

Essa mudança dentro do perfil demográfico da população brasileira é justificada pelo PNAD de 2006, com o aumento das separações e dos divórcios, o adiamento do casamento entre jovens, a redução significativa da nupcialidade, o incremento do número de famílias reconstituídas, das uniões de fato, das famílias monoparentais e das chefiadas por mulheres.

Hoje a família moderna é constantemente desafiada por limites imprecisos, por desejo de consumo, devendo reconquistar, a cada dia, as razões para conviver, a consciência do bem que os membros da família têm em comum, dos bens relacionais cujo valor perdura no tempo.

Contudo, o conceito de família foi ampliado, conservando a noção de dependência doméstica incorporando a idéia de convivência.

---

<sup>18</sup> NASCIMENTO, A. M. População e Família: ontem e hoje. Artigo on-line. Set. 2006 Caxambú – MG Disponível em: <[http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf)> Acesso em 25 nov. 2010.

Conforme analisam os autores Petrini, Alcântara e Moreira (2009),

A família sempre foi o lugar do encontro entre diferentes gerações, ora prevalecendo a cooperação, ora o conflito. Nas últimas décadas, as novas gerações divergem das anteriores quanto às metas perseguidas, aos valores respeitados e aos critérios para discernir o que vale ou que deve ser descartado (2009, p. 6).

Essas transformações que perpetuam ao longo dos tempos alteram a estrutura da família. Atualmente as famílias são formadas por diversas estruturas: por exemplo, há mães solteiras com filhos, pais com filhos adotivos, famílias formadas por casais com filhos de outros casamentos e que decidiram ter outros filhos dessa nova união; temos ainda famílias formadas por um casal e um “animal de estimação” e, também questionamos se podemos considerar como família o solteiro adulto que vive sozinho.

Mudaram as relações de trabalho, o poder aquisitivo, as crenças, a legislação, mas entende-se que cada mudança tem sua parte na responsabilidade no formato das famílias, porém, um aspecto é inegável: as mulheres foram às principais protagonistas das mudanças ocorridas na família nas últimas décadas.

Essa inserção da mulher no mercado do trabalho evidenciou uma mudança ocorrida dentro do âmbito familiar, pois, além de oferecer um espaço de auto-realização, especialmente quando entra em jogo uma específica competência, responde a necessidade de contribuir para as despesas familiares, permitindo a mulher uma relativa autonomia de consumo, orientada para a necessidade dos filhos, da casa ou para algum interesse próprio, gerando um aumento das famílias monoparentais chefiadas por mulheres indicando também uma crescente matrifocalidade que deixa a mulher com maiores responsabilidades para sustentar e educar os filhos, administrar a casa e ter, de fato, múltipla jornada de trabalho.

Em suma,

A família brasileira, neste novo milênio, aparece como uma nova família: com novo formato, novo modelo, cara nova, etc. O álbum de família moderno requer legendas cada vez mais encorpadas para explicar quem é quem. Embora o arranjo familiar composto de casal com filho, com ou sem parentes, seja, ainda, a maioria do total de arranjos [...], em muitos lares não existe mais o modelo clássico, com pai, mãe e filhos do mesmo casamento, o que é demonstrado pelo grande aumento de casais que vivem em união consensual [...]; pelo número crescente de pais e mães sozinhos que criam os filhos [...]; e pelo crescimento do número de separações judiciais e divórcio. [...] São estatísticas que confirma, na prática, a mudança no conceito de

família. Embora o modelo nuclear ainda seja a maioria, cresce a incidência de novos arranjos. (NASCIMENTO, 2006 p. 20-21).

No entanto, mesmo que a contínua dependência da mulher em relação ao marido, dos pais com filhos e vice-versa mantenham-se em declínio justificados pela inserção de cada vez mais mulheres e filhos no mercado de trabalho desafiando os esquemas de dependência familiar e assumindo responsabilidades no interior do núcleo doméstico, a família ainda não deixará seu papel de refúgio ou de último recurso ao qual seus membros recorrem, pois é na família que nos momentos de dificuldades encontramos apoio e solidariedade, nos momentos tristes buscamos consolo, amparo e esperança e nos momentos de alegria encontramos confraternização.

## **2.2 A importância da família na vida do idoso**

As relações sociais e familiares do idoso efetivam-se principalmente através de mudanças significativas que ocorrem ao longo da história, as quais podem ser comprovadas através de estudos e pesquisas antropológicas, sociológicas e das análises demográficas que demonstram, com clareza, este quadro de transformações sofridas pela humanidade no decorrer do tempo e que são compostas de fatores de ordem econômica, social e cultural.

Segundo Camarano (2004, p. 137)<sup>19</sup>, o envelhecimento populacional traz mudanças nas famílias, e estas também envelhecem o que pode ser medido pelo aumento da proporção das famílias com idosos. A família é vista como a fonte de apoio informal mais direta para os idosos.

Com isso, novos arranjos familiares são utilizados para beneficiar tanto as gerações mais novas como as mais velhas, porém, não se deve assumir que um número maior de pessoas morando juntas se traduza, necessariamente, em maior suporte aos idosos. Contudo, a família desempenha para o idoso um papel de importante apoio, a exemplo, o filho adulto tem a responsabilidade de cuidar dos pais quando eles perdem a autonomia e passam a necessitar de cuidados.

O reconhecimento da importância da família na vida do idoso também está

---

<sup>19</sup> CAMARANO, A. Os novos idosos brasileiros: Muito além dos 60? Rio de Janeiro, 2004. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq\\_29\\_Livro\\_Completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_29_Livro_Completo.pdf)> Acesso em: 25 nov. 2010.

explícito no artigo 3º do Estatuto do Idoso<sup>20</sup>:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária. (ESTATUTO DO IDOSO, 2003)

Para tanto, é necessário estimular a compreensão de modo a perceber a função da família como uma dinâmica pública cumpridora de papéis e responsabilidades e que geram impactos em toda a sociedade. A essa perspectiva, pode-se concluir que a família se define pelo seu sentido social e a sua importância sempre foi reconhecida em relação aos êxitos e as dificuldades do indivíduo durante sua trajetória de vida.

Schons e Palma (2000)<sup>21</sup> distinguem essa importância, no que se diz respeito ao idoso, da seguinte forma:

As relações familiares são as que o velho vive com mais assiduidade e intensidade e a importância da estrutura familiar em sua vida é fundamental em muitos sentidos, desde a época da família nas sociedades primitivas até a família na sociedade contemporânea. Em todas elas sempre se deu um destino ao velho, exaltando-o, ou eliminando-o. (SCHONS; PALMA, 2000, p. 60).

Para o idoso, em especial, o vínculo familiar é mais que um suporte emocional, social e psicológico, a família representa sua sustentação mais importante. Conforme descrito por Schons e Palma (2000, p. 62), a família é [...] “a provedora fundamental e, às vezes, sua única proteção, a promotora da manutenção de sua auto-estima, pois, ao participar da vida no lar com os filhos, netos, e os demais familiares, ele sente-se vinculado com todos”.

Camarano (2004) complementa ainda que os idosos também têm uma contribuição importante em outros aspectos da vida familiar, pois diante das separações, divórcios e recasamentos e outros problemas, os pais idosos se vêem diante da necessidade de ajudar seus filhos adultos, o que faz com que os pais

---

<sup>20</sup> Brasil, Lei Federal n. 10.741, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. São Paulo: Sugestões Literárias, 2003.

<sup>21</sup> SCHONS, Carme Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social. 2. Ed. Passo Fundo: UFP, 2000.

continuem no lugar de cuidadores e provedores, mesmo na velhice, além de, muitas vezes, ter um papel ativo de arrimo familiar.

Esta diversidade de situações implica diferenças significativas na disponibilidade de cuidados, pois nem sempre os adultos da família conseguem uma estabilidade que lhes permitam cuidar dos idosos. No entanto, a família, torna-se o único recurso dos idosos diante da ausência de políticas sociais de apoio à velhice. É, portanto, necessário perguntar sobre o lugar que ocupam os idosos na rede familiar.

A realidade atual é que as famílias não encontram mais as condições objetivas e subjetivas, necessárias para cuidar adequadamente de seus velhos.

### **2.3 Violência contra o idoso: alguns conceitos**

Sabe-se que a violência possui significados e conceitos históricos muito amplos, bem como que a sociedade contemporânea, independente de suas classes sociais, tem sofrido cada vez mais com o aumento e com a banalização daquilo que passou a ser chamado de “uma onda de violência generalizada”.

Nessa mesma sociedade, de acordo com dados estatísticos, já mencionados anteriormente, o segmento de idosos vem crescendo significativamente e não está impune às mais variadas formas de violência. Portanto, a violência aqui exposta será pautada e direcionada especificamente para esta população, não obstante, os conceitos sejam inerentes a qualquer segmento social, pois todos os indivíduos estão expostos a este tipo de ação, ora como vítima, ora como agressores.

Para que haja uma compreensão clara, consistente e que forneça instrumentos para que sejam implementadas mudanças significativas nessa realidade, principalmente no que diz respeito ao idoso, foco deste trabalho, se faz necessário uma abordagem mais ampla, do que vem a ser violência e de como ela se constitui na sociedade de um modo geral.

Vemos, também, por outro lado, vemos que as pessoas e as instituições ainda não estão preparadas para lidar com este segmento, principalmente quando falamos sobre as expressões da questão social que advém da solidão, da ociosidade do tempo, de doenças psíquicas típicas do envelhecimento, como

exemplo a depressão. Dessa forma, e de acordo com dados estatísticos, os idosos não estão impunes as mais variadas formas de violência, não só no Brasil, como em todo o mundo.

Fonseca e Gonçalves (2003, p. 1)<sup>22</sup> nos fornece dados onde nos Estados Unidos, mais de dois milhões de idosos sofrem maus tratos a cada ano; de acordo com dados disponíveis, apenas 19% destes casos chegam ao conhecimento público, seja através de vizinhos ou algum tipo de agente. Quatro em cada cem canadenses sofrem algum tipo de violência, e na maioria dos casos, são vitimizados pela própria família e seu sofrimento não é registrado.

As diversas formas de violência que o idoso sofre acabam sempre focadas no ambiente doméstico. Se o lar é o centro dessas violências, por outro lado há que se reconhecer à participação da sociedade contemporânea, que coloca novas demandas na vida familiar, alterando os papéis tradicionais e as estruturas que sustentam a vida familiar.

O lar é o *locus* onde essas violências ocorrem, mas é preciso reconhecer que a sociedade contemporânea colocou novas demandas na vida familiar que alteram os papéis sociais tradicionais e as estruturas que sustentam os modelos de vida em família. Até a poucas décadas, o papel de cuidadora atribuído à mulher podia ser desempenhado sem o acúmulo de tarefas que hoje lhe é imposta. Familiares próximos deixaram de ser cuidadores principais das gerações precedentes, o que se verifica hoje é que grande parte das violências contra idoso ocorre em casos em que diferentes gerações convivem na mesma unidade doméstica. (FONSECA, GONÇALVES, 2003, p. 122).

Todo cidadão tem o dever de denunciar à autoridade competente qualquer forma de negligência, maus-tratos ou desrespeito ao idoso. A literatura define as formas mais comuns de violência contra o idoso. Fonseca e Gonçalves (2003) nos evidenciam:

- 1- Os abusos físicos, entendidos como ações agressivas, e brutais que podem ocasionar fraturas, hematomas, queimaduras ou outros danos físicos;
- 2- Os abusos psicológicos, definidos como as diversas formas de privação ambiental, social ou verbal; a negação de direitos, as humilhações ou o uso de palavras e expressões que insultam ou

---

<sup>22</sup> FONSECA, M.M. e GONÇALVES, H. S. Violência contra o idoso: Suportes legais para a intervenção. *Interação em Psicologia*, 2003, 7, p. 121-128.

ofendem; os preconceitos e a exclusão do convívio social;

3- Os abusos financeiros ou a exploração econômica, definidos como a apropriação de rendimentos ou o uso ilícito de fundos, propriedades e outros ativos que pertença, ao idoso;

4- A negligência, entendida com a situação na qual o responsável permite que o idoso experimente o sofrimento. (FONSECA, GONÇALVES, 2003, p. 2).

Entre as inúmeras formas e tipos de violência diagnosticadas ao longo da História, hoje, na sociedade contemporânea, ela se apresenta com uma dificuldade de delimitação e muitas controvérsias, pois, pode ser descrita, desde as mais gritantes e repulsivas, até as mais sutis e imperceptíveis e atingem de forma mais hostil os indivíduos mais desprotegidos da sociedade, como as crianças, adolescentes, mulheres, idosos, pessoas deficientes, sem, contudo, poupar os demais.

As modificações em nossa percepção e sensibilidade possibilitam, também, abranger novos tipos de violências que antes não eram considerados, como tal, a discriminação por cor, sexo, idade, etnia, religião, escolha sexual, situações de constrangimento, exclusão ou humilhação. Entretanto, a mais comum, como também a mais difícil de ser diagnosticada e mudada, acontece principalmente nos lares, a violência doméstica.

A identificação dessas formas de violência requer uma intervenção interdisciplinar e atenção voltada para os sinais de sua ocorrência.

Nos termos constitucionais, o idoso é sujeito de direitos. A Constituição Federal impede qualquer forma de discriminação por idade e atribui à família, a sociedade e ao Estado o dever de amparar o idoso, assegurar sua participação da comunidade, defender sua dignidade e bem-estar e garantir seu direito à vida.

O Estatuto do Idoso (2003, Artigo 2º) é mais um instrumento para a realização da cidadania. Nele estão contidas normas gerais que referem sobre os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral, assegurando por lei por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social em condições de liberdade e dignidade.

Minayo (2005, p. 5)<sup>23</sup>, ao referir-se à violência aponta a necessidade de orientação para “militantes, profissionais da área do Direito, da Assistência Social e da Saúde [...]” por ser “[...] um assunto pouco tratado, que fere fundo a alma do país [...]”, ou seja, “As várias formas de violência contra os idosos [...]”. E mais, afirma a necessidade de retirar o véu que recobre tanto a sociedade, quanto os indivíduos, e que para tanto se faz necessário um tratamento especial da questão:

[...] tratar o problema da violência contra os idosos, tratar também o seu contexto. Ou seja, é preciso compreender as relações entre as várias etapas do ciclo de vida e o papel do Estado nas organizações desses ciclos, os preconceitos sociais contra o envelhecimento e a função das instituições na repetição desses preconceitos ou nas mudanças positivas que possam ocorrer. Quando se olha mais profundamente o problema social da violência contra os idosos, observam-se duas correntes muito fortes que convivem. Uma coletiva e que conforma o imaginário popular, constituindo uma visão negativa do envelhecimento. A sociedade mantém e reproduz a idéia de que a pessoa vale o quanto produz e o quanto ganha [...] os mais velhos, fora do mercado de trabalho, ganhando uma pequena aposentadoria, podem ser descartados [...]. A segunda é aquela que vem da convivência com as pessoas idosas e do conhecimento de sua história considera que há idosos e idosos, distintos em suas características e em suas necessidades. (MINAYO, 2005, p. 5-6).

Ainda segundo Minayo (2005, p. 13), na tentativa de não deixar dúvidas a esse respeito, esclarecer que o termo ‘maltrato’ é também sinônimo de abuso, violência e além de referir aos abusos físicos, psicológicos e sexuais; abandono, negligências, abusos financeiros e autonegligências, no que tange o idoso. Sabe-se, também, que este é um problema de ordem universal e independe do status sócio-econômico, etnia e religião. A natureza destas violências são as mesmas da violência social que a sociedade brasileira vivencia e reproduz nas suas relações.

De modo geral, de acordo com MINAYO, elas se manifestam das seguintes formas:

- a) A violência estrutural ocorre pela desigualdade social e é naturalizada nas manifestações de pobreza, miséria e discriminação. Ou seja, se expressam entre e intraclasses, segmentos sociais e, sobretudo, nas relações familiares e intergeracionais;

---

<sup>23</sup> MINAYO, Maria Cecília. Violência contra idosos: o avesso do respeito à experiência e à sabedoria. 2 ed. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2005.

- b) A violência interpessoal ocorre nas formas de comunicação e interação cotidiana. Burocracia nas instituições, que se aproveitam da cultura e do poder sob a forma de impessoalidade, reproduz e atualiza, nos atos e nas relações, as discriminações e estereótipos que alimentam a violência;
- c) A violência institucional efetiva-se na aplicação ou omissão na gestão das políticas sociais pelo Estado, instituições de assistência.

Contudo, não podemos nos esquecer que o contrário também pode acontecer, pois:

Existem idosos violentos e, nas delegacias especializadas para atendê-los, é constatado que também há queixas e denúncias contra eles. Porém, suas reações, em muito menor proporção do que os agravos que sofrem e que se deve a sua fragilidade frente ao poder daqueles que comandam a sociedade. As vulnerabilidades próprias da idade e do lugar social que ocupam os tornam mais pobres e miseráveis, portanto maiores vítimas da violência. (MINAYO, 2005, p. 14).

A autora resalta um dado muito importante relativo à violência familiar que são as características do agressor, levantadas e aprofundadas por vários investigadores, e pontua a seguir da seguinte forma:

- O agressor vive na mesma casa que a vítima;
- Os idosos dependem da família de seus filhos para sua manutenção e sobrevivência;
- O fato de os filhos serem dependentes financeiramente de seus pais de idade avançada;
- O abuso de álcool e de drogas pelos filhos, por outros adultos da casa ou pelo próprio idoso, (fato considerado como o de maior associação a essa violência);
- Os vínculos afetivos entre os familiares serem frouxos e pouco comunicativos;
- O isolamento social dos familiares ou da pessoa de idade avançada;
- O idoso ter sido ou ser uma pessoa agressiva nas relações com seus familiares;
- Haver histórico de violência na família;
- Os cuidadores terem sido vítimas de violência doméstica, padecer de depressão ou qualquer tipo de sofrimento mental ou psiquiátrico. (MINAYO, 2005, p. 34).

A família, tanto no Brasil, quanto no mundo, é o local de moradia, convivência e de cuidado do idoso, independente da classe social a que pertence e, assim, se faz necessário investir muito na sua competência para que estes idosos sejam

abrigados com respeito, dignidade e proteção. Embora isso pareça óbvio à primeira vista, não é tido como uma tarefa natural. O que pode ser constatado diante do fato de que é justamente neste espaço – a família – que ocorrem à maioria das violências físicas, psicológicas, econômicas e sexuais. E, na maioria dos casos, é justamente neste âmbito que se encontram as maiores dificuldades para que os dados estatísticos sejam levantados de forma consistente, a menos que esta violência tenha um fim trágico, a ponto de chegar às estatísticas da Saúde ou da Segurança Pública.

#### **2.4 O Serviço Social diante das demandas advindas da pessoa idosa**

O século XX assinalou grandes mudanças no perfil da população brasileira. Dentre elas, a diminuição da mortalidade e a queda das taxas de fecundidade, as quais são responsáveis pela transição demográfica no Brasil, como afirmam Beltrão, Camarano e Kanso (2004). Sob o aspecto demográfico, a transição demográfica ocorre quando há uma redução significativa das taxas de natalidade e de mortalidade, passando-se para um estágio de crescimento populacional mais lento ou equilibrado.

Segundo Ferreira (2006, p.9)<sup>24</sup>, “as causas mais freqüentes atribuídas à queda da mortalidade são os avanços na área da Medicina, saneamento e condições de vida.”. E à queda da fecundidade, “creditam-se fatores como a urbanização, industrialização, inserção da mulher no mercado de trabalho, expansão da escolaridade, etc.”. Pode-se confirmar que esta transição demográfica, e conseqüentemente o envelhecimento populacional, no caso do Brasil, conforme afirmam Schons e Palma (2000, p. 43), “origina-se não apenas de avanços tecnológicos na área da saúde, os quais impliquem aumento da expectativa de vida, mas, principalmente, da redução da taxa de fecundidade.”.

O envelhecimento populacional causado pela transição demográfica é um fenômeno constatado nas últimas décadas por diversos organismos multilaterais,

---

<sup>24</sup> FERREIRA, José Vicente. Os muitos idosos no município de São Paulo. Dissertação em Saúde Pública. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <[www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01022007-174148/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01022007-174148/)>. Acesso em: 4 mai. 2009

como a Organização das Nações Unidas (ONU), bem como por institutos de pesquisa nacional e internacional, a exemplo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo Berzins (2003), que aponta os seguintes registros históricos:

A espécie humana nunca viveu tanto. Em séculos passados o indivíduo era considerado velho quando alcançava 40 anos e jovem era quem tinha 14 ou 15 anos de vida. Ao se estudar a evolução do envelhecimento humano, verificamos que esse dado varia de acordo com a época e com o lugar em que o indivíduo viveu em específico. [...] Na idade média a perspectiva era em torno de 25 anos, no século XVII subiu para 30 anos e somente na metade do século XIX que se aumentou mais cinco anos. Até 1915 foram acrescentados somente mais dez anos. Em 1950 essa expectativa nos países industrializados já era de 65 anos. E atualmente é de 76 anos. (BERZINS, 2003, p. 19)

Outro dado que diversifica bastante as demandas na velhice é que essa experiência se processa de modo diferente para homens e mulheres, tanto nos aspectos sociais, como nos aspectos econômicos, nas condições de vida, nas doenças e até mesmo na subjetividade. Portanto, o recorte de gênero também é um fator que deve ser levado em conta quando se afirma a diversidade e o aumento das demandas frente ao idoso, tendo em vista que este fato é um determinante inclusive do lugar que estes idosos e idosas ocupam na vida social, segundo Berzins (2003), que analisa a questão:

As mulheres constituem a maioria da população idosa em todas as regiões do mundo. As desigualdades por sexo em muitas situações alteram inclusive as condições de saúde, renda e a dinâmica familiar o que tem forte impacto nas demandas por políticas públicas e prestação de serviços de proteção social. E neste caso as mulheres acumulam no decorrer da vida desvantagens (violência, discriminação, salários inferiores aos dos homens, dupla jornada, etc.) e as mulheres tem mais probabilidade de serem mais pobres e de, portanto, dependerem mais de recursos externos. (BERZINS, 2003, p. 28).

É diante do contexto acima descrito que o Serviço Social assentada na divisão sócio-técnica do trabalho tem um papel de fundamental importância com o segmento idoso, haja vista os dados apresentados neste estudo apontando o crescimento demográfico dessa população.

Desta forma, parafraseando Iamamoto (2008)<sup>25</sup>

---

<sup>25</sup> IAMAMOTO, Marilda Villela. O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação

O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperança para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar. É necessário alimentar os sonhos e concretizá-los dia-a-dia no horizonte de novos tempos mais humanos, mais justos, mais solidários. (IAMAMOTO, 2008 p. 17).

Nesta perspectiva, pensar o Serviço Social atuando com a população idosa se configura como uma tarefa que requer estar atenta para a complexidade que envolve a questão no sentido de decifrar as demandas que está intrínseca seja na esfera social, econômica, política, cultural, sabedores que muitos dos idosos estão passando por privações, desigualdades, aliado ao preconceito e a discriminação insistente na nossa sociedade. Assim conforme Iamamoto (2008),

Em primeiro lugar, para garantir uma sintonia do Serviço Social com os tempos atuais, é necessário *romper com uma visão endógena, focalista, uma visão “de dentro” do Serviço Social, prisioneira em seus muros internos*. Alargar os horizontes, olhar para mais longe, para o movimento das classes sociais e do Estado em suas relações com a sociedade; não para perder ou diluir as particularidades profissionais, mas, ao contrário, para iluminá-las com maior nitidez. (IAMAMOTO, 2008 p. 20).

Cabe, porém, ressaltar que os assistentes sociais devem ser solidários na luta, evidenciando os idosos como protagonistas, evitando a tutela e a ocupação do espaço político dos sujeitos idosos.

Já que o aumento do número de pessoas nessa faixa etária tornou-se um fato, pode-se afirmar também que aumentaram a diversidade das demandas sociais provenientes da pessoa idosa, conforme dados fornecidos por Goldmam (2005)<sup>26</sup>:

O campo profissional de atendimento à população idosa é bastante amplo com tendências de ascensão a curto, médio e longo prazo, devido o aumento demográfico e às demandas crescentes de produtos e serviços. (GOLDMAM, 2005, p. 2)

Dessa forma, o assistente social deve atuar, sempre que possível, com outros profissionais de forma interdisciplinar que some esforços e concretize alianças para

---

profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

<sup>26</sup> GOLDMAM, Sara Nigri. Envelhecimento e ação do assistente social. O serviço social e a questão do envelhecimento. Caderno Especial. n. 8. ed. 4-18 fev. 2005. Disponível em: <[www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial8.pdf](http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial8.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2009.

a consolidação dos direitos dos idosos, principalmente os da seguridade social: saúde, previdência e assistência social.

Goldmam sinaliza ainda, a título de exemplo, as áreas e subáreas que emergem de acordo com a realidade social e histórica.

Na área da Saúde: em hospitais, da rede pública e privada, nos postos de saúde, em instituições asilares, nas campanhas comunitárias de vacinação, de prevenção de doenças, na prevenção de quedas, no acompanhamento domiciliar, na informação junto à família, na formulação de políticas de saúde, na orientação, na assessoria e consultoria dos movimentos dos usuários de saúde, que contemplem as demandas dos idosos, não de forma exclusiva e outras atividades.

Na área da Previdência Social: nos postos da Previdência Social, orientando e viabilizando o usufruto dos direitos previdenciários; em todos os locais de atendimento aos idosos, esclarecendo direitos e informando aos usuários quanto aos benefícios da Previdência, nas campanhas comunitárias de esclarecimentos, na formulação da política da Previdência, na orientação, assessoria, consultoria dos movimentos dos aposentados e pensionistas e outras atividades.

Na área da Assistência Social: nas repartições públicas de todas as esferas, nas instituições estatais, nas organizações sociais privadas, nas comunidades, em todos os espaços que congregam idosos e seus familiares para orientação, prestação de serviços e, especificamente sobre o Benefício da Prestação Continuada. Participar na formulação da política da área, da assessoria, consultoria e orientação aos movimentos dos usuários da Assistência Social, dos Conselhos da Assistência em todos os âmbitos, além de outras atividades.

Na área da Educação: atuar nos espaços educativos destinados aos idosos, como as Universidades para Terceira Idade, as escolas para idosos, os grupos de convivência, os centros-dia, as entidades de cultura e lazer, [...]. Há que se pensar, também, em programas educativos intergeracionais que possibilitem a construção de uma sociedade pautada na solidariedade entre as gerações para diminuir o preconceito que os jovens têm dos idosos e vice-versa.(GOLDMAM, 2005, p. 2)

A análise de lamamoto (2008) complementa as informações de Goldmam (2005):

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública. Assim, para o profissional apreender a questão social é também captar as múltiplas formas de

pressão social, de invenção e de re-invenção da vida construída no cotidiano. E dar conta dessa dinâmica, é um dos grandes desafios do presente, pois permite dar uma maior transparência aos valores atinentes ao gênero humano, que se tornam cada vez mais opacos nesse universo da mercantilização e ao culto ao individualismo. (IAMAMOTO, 2008, p. 28).

O cenário em que o Serviço Social se insere hoje é baseado nas novas formas de produção da questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do Assistente social. Os profissionais de Serviço Social trabalham em contato direto e cotidiano com a questão da saúde pública, da criança e do adolescente, da terceira idade, da violência, da habitação, da educação, do meio ambiente, de gênero, etnia, de orientação sexual, etc. São nessas múltiplas expressões que se provocam as necessidades da ação profissional. Essas expressões significam a matéria prima, ou seja, o objeto do trabalho do profissional do Serviço Social. O desafio desse profissional é re-descobrir alternativas e possibilidades para seu trabalho no cenário atual.

A questão social reflete automaticamente nas várias classes e demandas do Serviço Social, inclusive na qual a presente pesquisa é pautada: o idoso. O Serviço Social sempre tem um olhar sinalizador quanto à importância desse atendimento focado no cidadão idoso, mas se faz necessário uma formulação de propostas que façam frente a esta questão de maneira eficaz, para que se efetivem os direitos destes usuários, não só como vítimas, mas também como sujeitos que lutam pela preservação e conquista de sua vida, de sua humanidade.

A Política Nacional do Idoso mostrou um grande avanço, pois se propõe a atender justamente as demandas inerentes ao idoso, e pode-se afirmar também que, na maioria delas, o profissional do Serviço Social tem um papel fundamental na garantia da aplicação e execução dessa política. Desta forma, é percebida na trajetória histórica do Serviço Social uma reconfiguração dos profissionais comprometidos com o tema e que assumem o papel de agentes políticos de transformação social e fazem parte de um projeto mais amplo, no sentido de garantir que estes idosos tenham uma efetivação de cidadania.

Por outro lado, não podemos deixar de observar que nessa mesma sociedade moderna, na maioria das situações, a velhice ainda é tratada como sinônimo de

recusa e banimento, segundo Almeida, (2003)<sup>27</sup>, o que faz com que a recusa assuma diferentes configurações:

Vestida com diferentes roupagens, algumas evidentes, como a segregação, o isolamento social, a ruptura de laços afetivos, familiares e de amizade, pela negação do direito de pensar, propor, decidir, fazer, pela desapropriação do próprio corpo; outras mais sutis como as encontradas no tom protetor, muitas vezes cercado de cinismo, com que lidamos com nossos “velhinhos”. (ALMEIDA, 2003, p. 40)

É importante que este conceito seja radicalmente transformado e que se perceba que o tempo da velhice é um tempo de possibilidade de vida, ou seja, é um tempo de SER.

Para que o preconceito, tanto dos jovens para com os idosos, quanto dos idosos para com os jovens seja minimizados é necessária a criação de programas que tornem possíveis esta relação intergeracional, que deve ser constituída efetivamente a partir da construção de uma sociedade solidária entre estas gerações, o que remete a mais uma demanda social.

A inclusão social do idoso frente às suas demandas deve ser um processo de trabalho desenvolvido pelo Assistente Social e constituído de diversas ações dirigidas a esta população, pois o Serviço Social deve marcar sua presença junto às diversas áreas, não só na construção de novas formas de percebê-lo, mas também no sentido de propor novas abordagens que considerem as exigências do mundo moderno. Conforme colocado por Torres e Sá (2008):

O trabalho do Assistente Social constitutivo de várias ações dirigidas à população idosa se reafirma principalmente no que se refere à garantia do acesso aos direitos sociais, na explicitação da condição de vida dos idosos, na visibilidade do modo como esta população é reconhecida pela sociedade. [...] Outra ação que ganha força é o trabalho voltado ao fortalecimento do papel político desse segmento, no qual os próprios idosos são estimulados a reivindicar seus direitos, construindo alternativas para a explicitação de necessidades e a garantia da busca por resoluções que respondam as necessidades. Ao mesmo tempo, estimula às ações que visam à autonomia, a preservação das habilidades e potencialidades pessoais, a possibilidade de decidir sobre as formas que devem manter a convivência sócio-familiar. (TORRES; SÁ, 2008, p. 8)

---

<sup>27</sup> ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. Modernidade e velhice. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

Pode-se afirmar que a proteção social voltada para o idoso só se efetiva se as ações forem específicas para esta população utilizando como base para as propostas contidas na Política Nacional do Idoso que visa à autonomia, a integração e a participação efetiva do idoso na sociedade.

Outra forma de garantir de forma efetiva os direitos conquistados pelos idosos é a participação dos profissionais de Serviço Social na criação dos conselhos que, hoje está prevista em diferentes níveis – Municipal, Estadual e Federal -, conforme afirma Bredemeier (2003):

A potencialidade dos conselhos dentro do regime democrático vem cada vez mais sendo valorizados sob o prisma de serem os espaços públicos onde se desenvolvem inúmeras práticas sociais que ou reforçam valores, ou ainda retomam aqueles perdidos no tempo. E a prática do Assistente Social junto aos conselhos é uma das novas demandas para o profissional. Essa potencialização interessa principalmente ao profissional que no seu cotidiano atua junto àqueles que, por direito devem usufruir programas e ações decorrentes da implantação de ações públicas planejadas e direcionadas. (BREDEMEIER, 2003, p. 85).

Conclui-se, portanto, que o trabalho desenvolvido pelo assistente social favorece o reconhecimento do idoso como um sujeito, um ser cidadão, pois, as demandas inerentes ao idoso, no que diz respeito ao Serviço Social e a outros setores, são cada vez mais abrangentes, visto que a transversalidade é um fato, além de real, essencial, pois a par de existir as mais variadas e diferentes demandas, deve ser levado em conta também suas diferentes formas de abordagens e atuação.

O que se pode afirmar é que a ação do profissional deve ser pontuada mediante as necessidades e ao contexto exigido por cada grupo em específico. Um determinante para tal afirmação é o fato de que diante do crescimento da população idosa, também se tem um aumento e uma maior diversificação de suas características e necessidades nas mais variadas áreas de atuação. A boa nova é que o profissional conta, hoje, também com o surgimento dos “novos velhos”, pessoas que se cuidam, que derrubam mitos e que se preparam para enfrentar novos desafios, inclusive, entre eles, muitos profissionais que atuam na área do Serviço Social.

Enfim, os idosos são frutos de sua experiência de vida, e enquanto há vida, existe a possibilidade de aprender, de rever posturas e de conquistar direitos.

## CAPÍTULO III

### POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DOS IDOSOS: DESAFIOS E CONQUISTAS



*Conservar a esperança equivale a não envelhecer. A velhice é mais do que cabelos brancos e rugas. É o sentimento de que é tarde demais, de que o palco já pertence a outra geração. A verdadeira doença da velhice não é o enfraquecimento do corpo, é a apatia da alma.*

*Émile Herzog*

### 3. POLÍTICAS PÚBLICAS E DIREITOS DOS IDOSOS: DESAFIOS E CONQUISTAS

#### 3.1 Argumentando sobre políticas públicas para os idosos

O conceito de política pública tem íntima ligação com o conceito de cidadania, pensada como conjunto de liberdades individuais expressas pelos direitos civis, portanto, a concretização da cidadania ocorre através do espaço político, como o direito a terem direitos.

A essa realidade, todas as discussões em torno das políticas de assistência social são levantadas pela questão dos direitos humanos que já é relevante por si só, no entanto, toma um novo contorno quando diz respeito ao idoso, no que se refere à proteção social quanto às condições dignas de sobrevivência e assistência médica eficiente, num período da vida em que as doenças tendem a se agravar.

No Brasil, conhecido até então, como um país de população predominantemente jovem, a participação do idoso vem aumentando consideravelmente e encontrando como maior problemática a falta de preparo e/ou compromisso da sociedade e do próprio Estado em possibilitar uma vida digna à terceira idade.

Para tanto, um recente Relatório do Fundo das Nações Unidas<sup>28</sup> para a população idosa chama a atenção para o seguinte fato:

[...] no ano 2025, nosso Continente terá acrescentado à população atual 499 milhões de habitantes, mais de 190 milhões de cidadãos para os quais será necessário garantir condições de existência condigna, sobretudo acesso ao mercado de trabalho, sem dúvida um enorme desafio num mundo de incerteza e insegurança crescentes. E é nesse contexto que o Brasil, um país jovem e até pouco tempo de maioria jovem, vê agora, seu perfil demográfico alterar-se, diante do crescimento do número de pessoas de mais de 60 anos. (RELATÓRIO DO FUNDO AS NAÇÕES UNIDAS, 1999)

Por outro lado, vemos as conquistas favoráveis de legislação na última década, como a Lei do Idoso (1994) e o Estatuto do Idoso (2004), que são indícios importantes das chances de se alcançar a inserção desse segmento.

---

<sup>28</sup> RELATÓRIO do fundo das Nações Unidas para a população idosa 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->>. Acesso em: 3 jan. 2011.

As efetivações dessas conquistas evidenciam a luta de uma sociedade comprometida com a ética da cidadania que contribui para assegurar a todos os que envelhecem igualdade de direitos e de possibilidades.

Para analisar as políticas públicas para a população idosa brasileira, faremos aqui um breve histórico, assinalando aqueles momentos mais decisivos.

### **3.2 Histórico das conquistas dos direitos dos idosos**

Os idosos, na década de 1960, ainda não se configuravam como uma das preocupações da agenda política, pois o Brasil ainda era considerado um país jovem. Com isso, naquele momento histórico, as poucas propostas de ações sociais para os idosos eram de natureza assistencialista. Diante desse contexto, não é difícil pensar nos impasses para a constituição de políticas que atendesse a essa distinta população.

Contudo, não nos deixando esquecer, desde os anos 30 do século XX, o Estado Brasileiro instituiu as aposentadorias e as pensões para os trabalhadores através da Previdência Social. (Cabral, 2004)

A conquista da aposentadoria para trabalhadores, em especial, envelhecidos pode ser citada como o primeiro resultado desse reconhecimento que por sua vez tornou visível a fragilidade desses sujeitos quando se esgotassem as forças e fossem incapazes de assegurar sua reprodução.

No ano de 1963 começaram a ser organizados os primeiros programas no país e na América Latina voltados para idosos e aposentados no Serviço Social do Comércio – SESC – de São Paulo.

Esse primeiro grupo de convivência foi chamado de “Carlos Malatesta”, em homenagem ao Assistente Social, precocemente falecido, que o organizou através de convites a comerciários aposentados que continuavam a fazer suas refeições no amplo restaurante daquele centro comercial e que ali permaneciam após o almoço, sem alternativas de preenchimento de seu tempo livre. O mesmo começou a organizar os grupos para atividades diversas durante o tempo ocioso. Ainda nos anos 60, foi organizada a Sociedade Brasileira de Geriatria e Gerontologia – SBGG.

A partir da década de 70, outras conquistas foram implementadas. Em 1971, o órgão da Previdência Social criou o Fundo de Assistência e Previdência do

Trabalhador Rural (FUNRURAL) que visa atender a grande demanda dos trabalhadores rurais envelhecidos concedendo aposentadorias e pensões aos trabalhadores rurais maiores de 65 anos e suas famílias. (Cabral, 2004, p. 6)

Em 1974 foi constituído o Programa de Assistência ao Idoso, executado pelo Serviço Social do Instituto de Previdência Social (instituição anterior ao atual sistema previdenciário, com atribuições semelhantes). Este Programa promoveu nacionalmente reuniões e debates sobre o envelhecimento, mobilizou profissionais de várias especialidades em torno do tema e gerou algumas análises sobre as estatísticas previdenciárias das aposentadorias e pensões.

A partir disso, em meados da década de 1980, o envelhecimento da população brasileira tornou-se uma questão mais visível e a conjuntura política de redemocratização da sociedade – favorável aos debates preparatórios da Constituinte de 1988 – possibilitou a eclosão de diversos movimentos sociais reivindicatórios, os quais se mostravam ansiosos para resguardar ou conquistar novos direitos na Constituição democrática que se aproximava. Com isso, a visibilidade do movimento dos aposentados contribuiu efetivamente para a constituição do novo ator político: o idoso.

Segundo Debert e Simões (1994) apud Cabral (2004):

Esse movimento, ao expressar os interesses dos velhos aposentados, contribuiu não somente para o reconhecimento dos indivíduos envelhecidos, mas também para a construção de uma nova imagem dos velhos. (CABRAL, 2004, p. 7).

Com a Constituição Federal do Brasil de 1988<sup>29</sup>, foram introduzidos pela primeira vez, os direitos específicos para a população idosa, os quais consagraram antigas reivindicações dos movimentos sociais, bem como legislou sobre movimentos familiares, definindo as responsabilidades entre gerações que até então, não estavam claras. Baseado então nos Artigos 229 e 230 da Constituição Federal são definido os direitos e obrigações entre pais e filhos menores, e a obrigação de filhos maiores protegerem os pais na velhice, a qual dispõe de proteção jurídica ao idoso, e impõe a família, a sociedade e ao Estado o dever de amparar os idosos.

Decorrente do Artigo 203 da Constituição Federal foi aprovada em 1993 a Lei Orgânica da Assistência Social sob o nº 8742/93 que assegura a renda de um

---

<sup>29</sup> BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

salário mínimo aos idosos maiores de 70 anos, desprovidos de fonte de recursos. Apesar dessas conquistas, até então na década de 90, não existia no Brasil uma política nacional para os idosos, o que havia era mais uma ação assistencial em favor dos idosos mais carentes do que ações preventivas e reabilitadoras.

No ano seguinte à promulgação da LOAS, em 1994, foi instituída no âmbito federal, a Política Nacional do Idoso (PNI), Lei n. 8.842<sup>30</sup>, que amplia significativamente os direitos dos idosos. Essa política, de acordo com Fernandes e Santos (2009)<sup>31</sup> está norteada por cinco princípios:

1. A família, a sociedade e o Estado tem o dever de assegurar ao idoso todos os direitos da cidadania, garantindo sua participação na comunidade, defendendo sua dignidade, bem-estar e direito à vida;
2. O processo de envelhecimento diz respeito à sociedade em geral, devendo ser objetivo de conhecimento e informação para todos;
3. O idoso não deve sofrer discriminação de qualquer natureza;
4. O idoso deve ser o principal agente e o destinatário das transformações a serem efetivadas através dessa política;
5. As diferenças econômicas, sociais, regionais e, particularmente, as contradições entre o meio rural e o urbano do Brasil deverão ser observadas pelos poderes públicos e pela sociedade em geral na aplicação dessa lei. (FERNANDES; SANTOS, 2009, p. 58)

Somente a partir da promulgação da Política Nacional do Idoso (PNI), estabelecida através da Lei n. 8.842, de 04 de janeiro de 1994, regulamentada pelo Decreto n. 1.948, de 3 de julho de 1996, que vários outros documentos de caráter público, com teor de lei e/ou normativos, vêm sendo divulgados e referendados no Brasil. Dentre estes, pode-se considerar como o mais significativo e que assumiu papel fundamental neste processo de construção de políticas públicas para o idoso, o Estatuto do Idoso – Lei n. 10.741, de 1 de outubro de 2003 .

---

<sup>30</sup> BRASIL. Lei Federal n. 8.842, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: jan. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

<sup>31</sup> FERNANDES, Maria das Graças Melo de; SANTOS, Sérgio Ribeiro. Políticas públicas e direitos do idoso: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. Revista de Ciência Política *on-line*. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/34/idoso\\_34.pdf](http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2009.

Atualmente, o Estatuto do Idoso é um documento que traz o conceito de integralidade na atenção à população idosa, e os principais direitos do idoso encontram-se no Artigo 3º, o qual preceitua:

É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do poder público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e a convivência familiar e comunitária. (BRASIL. Lei 10.741, 2003).

Além de afirmar que “[...] o idoso goza de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-lhe [...] todas as oportunidades e facilidades, para preservação de sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual, espiritual e social”. (Brasil, 2003).

É interessante destacar que no âmbito estadual o Estado também tem a preocupação de sensibilizar sua população, para que através de diversas formas alternativas de participação, ocupação e convívio, possa integrar o cidadão idoso, estimulando-os a uma participação efetiva para elaboração de políticas a níveis nacional, estadual e municipal.

Este progresso das políticas públicas para o idoso objetiva colocar em prática ações voltadas, não apenas para os que estão velhos, mas àqueles que vão envelhecer, garantindo uma melhor qualidade de vida a estas pessoas.

No entanto, ainda há muito que ser feito pelos idosos, pois, embora essa população tenha assegurada a atenção às suas demandas formal e legalmente, na prática, as ações institucionais mostram-se tímidas, evidenciando que nem o Estado, a família ou a sociedade foram devidamente preparados para o enfrentamento das questões que as pessoas idosas demandam, as quais, em muitos casos, ainda são negligenciados, e por vezes negados os direitos enquanto cidadãos que produziram e contribuíram para a construção desta mesma sociedade.

### **3.3 Políticas públicas para idosos no Município de Osasco**

A cidade Osasco faz parte do grupo dos 652 municípios que compõem o Estado de São Paulo. Localizada na região oeste da cidade de São Paulo, possui cerca de 637.000 munícipes, distribuídos em 65 km<sup>2</sup>, segundo censo de 2010, sendo considerado o quinto município da região metropolitana com densidade superior ao da cidade de São Paulo.

A Prefeitura do Município de Osasco vem trabalhando desde 1993, conjuntamente com os idosos e profissionais pertencentes ao órgão público, para a criação de uma política de atendimento à população idosa proporcionando a oportunidade em estar socialmente ativa, com possibilidades e experiências de vida, necessidades, a fim de criar condições para que as pessoas iniciem o processo de envelhecimento preparadas e possam assim, chegar à velhice tendo a clareza do seu papel e da importância de sua participação social.

Todo esse atendimento está sendo respaldado por políticas de atendimento que acontecem em três níveis: Federal, Estadual e Municipal. As atividades sociais para esse segmento começam a ser pensadas no espaço público, pois se entende que o velho perde aquelas funções sociais que desenvolvia na fase adulta.

Dessa forma, a cidade de Osasco, como âmbito municipal, possui dispositivos legais que visam assegurar os direitos dos idosos, como por exemplo, o Conselho Municipal do Idoso, mas também em parceria com as Secretarias e em especial a Secretaria de Assistência e Promoção Social, vem atendendo essa população através de programas e projetos abrangendo diversas áreas, com os mais diferentes propósitos, na busca de poder prestar um atendimento de qualidade aos cidadãos.

### **3.4 A pesquisa**

Optou-se pela realização de pesquisa qualitativa. Através deste tipo de pesquisa busca-se conhecer a trajetória de vida do sujeito, suas experiências sociais, o que exige uma grande disposição de tempo do pesquisador e um interesse real em vivenciar tal experiência, porque o pesquisador também é um sujeito de pesquisa.

Utilizando como referencial teórico Martinelli (1999)<sup>32</sup>, ela faz a seguinte observação sobre pesquisa qualitativa:

A primeira é quanto ao seu caráter inovador, como pesquisa que se insere na busca de significados atribuídos pelos sujeitos às suas experiências sociais; A segunda é quanto à dimensão política desse tipo de pesquisa que, como construção coletiva, parte da realidade dos sujeitos e a eles retorna de forma crítica e criativa; A terceira é que exatamente por ser um exercício político, uma construção coletiva, não se coloca como algo excludente ou hermético, é uma pesquisa que se realiza pela via da complementaridade, não da exclusão. É muito importante que possamos perceber com clareza e afirmar com convicção que a relação entre pesquisa quantitativa e qualitativa não é de oposição, mas de complementaridade e de articulação. (MARTINELLI, 1999, p. 27).

A pesquisa qualitativa tem o objetivo de trazer à tona o que os sujeitos pensam na realidade de tudo aquilo que está sendo pesquisado, não somente a visão do entrevistador em relação a determinado problema, mas também a visão do sujeito, o que ele tem a dizer a respeito do assunto em questão.

Portanto, considera-se um elemento de extrema importância “o contato direto com o sujeito da pesquisa, onde vamos privilegiar instrumentos que superam o questionário, que vão incidir mais na narrativa oral, na oralidade”. (MARTINELLI, 1999, p. 22).

Martinelli (1999, p. 21) destaca algo muito importante para a pesquisa que é “não desconectar o sujeito da sua estrutura, buscando entender os fatos, a partir da interpretação que ele faz dos mesmos, em sua vivência cotidiana”.

É importante salientar que esse tipo de pesquisa qualitativa não o exclui, portanto o uso de outras fontes como livros, fotos, etc. Dessa forma, o fato de ser esta uma pesquisa qualitativa não descartou o uso da pesquisa quantitativa.

Assim, para atingir o objetivo desse presente trabalho, utilizamos como uma das metodologias, a História Oral na perspectiva sociológica. As pesquisas que vêm utilizando a metodologia da História Oral têm conquistado grande espaço e surgiram da necessidade de se buscar outras e novas fontes de informações, além dos documentos escritos e oficiais.

Como está subtendido no próprio termo, *história* evoca uma narrativa do passado e *oral* indica o meio de expressão usado. O desenvolvimento da história

---

<sup>32</sup> MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). Pesquisa qualitativa: um instigante desafio. Núcleo de Pesquisa sobre Identidade (NEPI). n.1. São Paulo: Veras, 1999.

oral como campo de estudo diz respeito à análise da fonte, do discurso e da desenvoltura dos entrevistados. Para alguns historiadores a história oral é um discurso dialógico, criado não só pelo que dizem os entrevistados, mas também pelo que é feito pelo historiador, ou seja, o que a fonte e o historiador fazem juntos no momento da entrevista.

Não se pode deixar de considerar o fato de que qualquer entrevistado e entrevistador, independente de sua posição social no momento da entrevista passam a ter um trabalho conjunto, em que aquele que ouve e aquele que relata têm valor igual.

A história oral é, portanto e ao mesmo tempo, um gênero de narrativa e um discurso histórico, em um agrupamento de gêneros, alguns compartilhados e outros bem peculiares.

A entrevista é o procedimento mais usual do trabalho de campo, pois através dela, o pesquisador busca obter informes contidos na fala dos atores sociais. É importante registrar uma observação pertinente feita por Portelli (2001)<sup>33</sup> em seu artigo “História oral como gênero”:

O que é falado numa típica entrevista de história oral, usualmente nunca foi contado daquela forma antes. A maior parte dos relatos pessoais ou familiares são contados em pedaços e episódios, quando surge a ocasião, conhecemos a vida de nossos parentes por fragmentos, repetições, por ouvir dizer. (PORTELLI, 2001, p. 11)

Assim, uma entrevista que se utiliza da técnica da história oral tende a ser uma história ainda não contada que apesar de recheada de episódios já relatados, o entrevistado geralmente se esforça para melhorar sua dicção, ou seja, a novidade da situação e o esforço para melhorar a dicção acentuam uma característica comum em um discurso oral: a de ser um texto em elaboração.

Por se tratar de uma entrevista, a autoridade e a autoconsciência do narrador são realçadas, podendo trazer à tona questões as quais ele nunca pensou ou falou seriamente.

Portelli (2001, p.11), ressalta ainda que “muitas histórias podem ser contadas ao longo do tempo, mas a história total dificilmente terá sido contada em uma seqüência coerente e organizada”.

---

<sup>33</sup> PORTELLI, Alessandro. História oral como gênero. (Tradução Maria Terezinha Janine Ribeiro). Revista Projeto História. n. 22. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2001.

Pode-se afirmar que não existe história oral antes do encontro de duas pessoas diferentes, uma com estória para contar e outra com história para reconstruir, mas não se deve deixar de lado o fato de que o entrevistador deve ser a primeira pessoa a falar na entrevista de história oral, definindo papéis e estabelecendo as bases da autoridade narrativa. O ato de falar sobre si mesmo, geralmente, não parte automaticamente do entrevistado, especialmente nos grupos menos favorecidos, aos quais freqüentemente os historiadores se dirigem.

Outra técnica considerada de muita importância é a observação participante, que possibilita realizar um importante contato direto do pesquisador com o fato observado, na medida em que o observador não só observa como também se utiliza de técnicas de entrevistas com graus de formalidades diferentes, através do qual obtém informações sobre a realidade social dos atores envolvidos na pesquisa.

#### **3.4.1 O objeto, os objetivos, o problema e a hipótese da pesquisa**

Este trabalho teve como objeto de estudo as políticas públicas para o atendimento de idosos no município de Osasco – Grande São Paulo. Definido o objeto tem-se como objetivo geral conhecer as políticas públicas de atenção aos idosos no referido município. Desta forma elegeu-se como objetivos específicos entrevistar responsáveis pela gestão das políticas públicas para analisar a eficiência no atendimento e, entrevistar quatro idosos com idade acima de 65 anos, ambos os gêneros, usuários das políticas públicas para averiguar a satisfação no atendimento. Posto isto, a indagação pautou-se na seguinte questão: as políticas públicas no Município de Osasco atende satisfatoriamente as necessidades dos idosos, ou fala-se de uma política para atender apenas aqueles sujeitos que por iniciativa própria buscam o Programa de Atenção à Terceira Idade? Por outro, a questão norteadora foi no sentido de que as políticas públicas de atenção aos idosos no referido município se apresentam ainda incipientes, pois não atinge o segmento das pessoas idosas na sua totalidade, havendo um excedente de pessoas excluídas dos programas que oferecem serviços a essa população.

### 3.4.2 Procedimentos Metodológicos

O processo metodológico refere-se ao estudo dos instrumentos usados para se fazer uma pesquisa científica. São caminhos que a conduzem com o objetivo de torná-la eficiente para orientar o pesquisador a estruturar seu estudo, para “captar e processar informações e resolver problemas teóricos e práticos da investigação em diversas categorias” de acordo com Thiollent (2004, p. 25)<sup>34</sup>.

Este subitem tem como propósito descrever a metodologia que norteou esta pesquisa, utilizando técnicas, como: tipo de pesquisa, o método dialético-crítico, a coleta de dados e a análise, que possibilitou chegar à compreensão e análise dos fatos que suscitaram a investigação, produzindo, assim, conhecimento científico acerca do problema determinado pelo estudo.

A opção pela realização de uma pesquisa pode ser motivada pela busca de novos conhecimentos acerca de um problema a ser investigado. Pesquisa é a busca ilimitada e sem preconceitos da sistematização do conhecimento em qualquer área. É a verificação sistematizada por meio de abordagens planejadas, objetivos definidos, hipóteses e teorias que devem ser articuladas para explicar os fatos. A aproximação qualitativa da pesquisa envolve o cotidiano dos indivíduos, pois sempre há uma realidade a ser desvendada, seja por mitos, experiências, ciências ou estudos, considerando que respostas e proposições precisam constantemente ser articuladas à trajetória humana (MINAYO, 1994)<sup>35</sup>.

Com a finalidade de captar informações, depoimentos e história de vida esta pesquisa utilizou a técnica da entrevista com gravador que permite manter ao máximo as próprias expressões dos informantes e a maneira de encadear os fatos. Desse modo, Queiroz (1991, p. 75)<sup>36</sup> reforça “a riqueza de dados que esta técnica permite alcançar, uma vez que, além de colher aquilo que se encontra explícito no discurso do informante, ela abre portas para o implícito”, pois este mecanismo permite apanhar com fidelidade as informações prestadas no momento da entrevista.

---

<sup>34</sup> THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo: Cortez, 2004.

<sup>35</sup> MINAYO, Maria Cecília. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MYNAIO, Maria Cecília. (Org.). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 37-40.

<sup>36</sup> Queiroz, Maria Isaura Pereira de. Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva. São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.

Para coletar os dados dos entrevistados foi utilizada a entrevista com roteiro de forma a nortear o caminho no discurso do entrevistado, dando-lhe certo grau de liberdade, mas trazendo-o novamente ao foco quando se percebe uma divagação para rumos totalmente diversos. Esse tipo de entrevista tem sido muito utilizado em diálogos, pois se tem a vantagem de, ao mesmo tempo, colher os dados desejados e dar uma liberdade na fala tornando-o mais espontâneo.

Terminado o registro das entrevistas, a fase seguinte da pesquisa é a transposição das falas em um documento escrito. Toda essa transformação do material permite um manuseio mais fácil de todo ele, nas consultas, além de permitir uma conservação mais longa e mais eficiente do documento.

Por “transcrição” se entende, por sua vez, a reprodução, num segundo exemplar, de um documento, em plena e total conformidade com sua primeira forma, em total identidade, sem nada que o modifique. (QUEIROZ, 1991, p. 86).

Para tanto, a autora expõe que o ideal, numa pesquisa, é que o próprio pesquisador que entrevistou seja o transcritor da gravação, pois ouvir e transcrever uma entrevista constitui num exercício de memória em que toda cena vivida é revivida.

Transcrever significa, assim, uma nova experiência da pesquisa, um novo passo em que todo o processamento dela é retomado, com seus envolvimento e emoções, o que leva a aprofundar o significado de certos termos utilizados pelo informante, de certas passagens, de certas histórias que em determinado momento foram contadas, de certas mudanças na entonação da voz. Tudo isso é material que o pesquisador obteve de cuja construção diretamente participou – pois no processo de que resultou foi ele parte, numa legítima ação de “observador participante”. (QUEIROZ, 1991, p. 88).

Dessa forma, temos que ter em mente que todo esse trabalho de pesquisa resulta sempre na cristalização dos dados e é sobre estes dados, no caso o documento escrito, é que o pesquisador passa a trabalhar, entrando numa nova fase de sua labuta. Assim, toda pesquisa bem feita, isto é, que tenha sido acompanhada pela reflexão crítica em todos os seus passos, contribui sempre para a expansão do conhecimento, seja pela descoberta, seja pela correção de falhas e erros.

Neste sentido, o Serviço Social reconhece a importância dos indicativos que os processos investigativos podem desvendar para que sua intervenção tenha fundamentação coerente e lógica conforme a realidade que se apresenta.

### **3.4.3 *Lócus* e sujeitos da pesquisa**

Depois de delimitados os objetivos e o número de sujeitos que foram entrevistados, conforme os critérios descritos anteriormente foi eleito para ser o *lócus* da pesquisa o Centro de Atenção à Terceira Idade localizado junto a Secretaria de Assistência e Promoção Social no Município de Osasco. Este Centro atende pessoas idosas residentes no referido Município, com idade acima de 60 anos, ambos os gêneros, cujos objetivos do atendimento são de contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo. Além disso, tem como finalidade assegurar espaço de encontro para os idosos e intergerações visando promover a convivência familiar e comunitária. Outro foco foi no sentido de detectar necessidades, motivações e desenvolver potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; bem como, propiciar vivências que valorizam as experiências e que estimulem e potencializem a condição de escolha e decisão, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia e protagonismo social dos usuários.

Neste espaço, mediante ao Termo de Consentimento (Anexo A) que fornece a autorização formal para a divulgação das informações concedidas pelos sujeitos da pesquisa, foi-me apresentado um dos componentes da equipe interdisciplinar do Programa, a psicóloga R. C. S. B, sendo a primeira participante da entrevista respalda no esboço de instrumental para a coleta de dados (Apêndice A). Também foram apresentados vários idosos onde cada um de maneira única demonstrou interesse e curiosidade em participar da entrevista respalda no esboço de instrumental para a coleta de dados (Apêndice B).

A escolha do perfil dos eleitos que se apresentaram atendia ao critério estabelecido nos objetivos traçados, ou seja, a faixa etária a partir de 65 anos. Após o convite a entrevista é iniciada pelo Senhor A.G.S., munícipe de Osasco, com 81 anos, nascido em Pernambuco, viúvo, aposentado, sabe ler e escrever, contudo não frequentou a escola regular; Senhora I. A.S., munícipe de Osasco, com 71 anos, nascida em Minas Gerais, viúva, aposentada, estudou até a 4ª série do

ensino fundamental I; Senhor M.T., munícipe de Osasco, com 84 anos, nascido em Portugal e naturalizado brasileiro, aposentado, viúvo, formado no curso de Arquitetônico; Senhora M.A.G.L., munícipe de Osasco, com 66 anos, nascida em São Paulo, divorciada, aposentada, concluiu o ensino fundamental II.

O perfil dos entrevistados aponta que todos os sujeitos possuem escolaridade indo desde aquele que não freqüentou a escola regular, mas que sabe ler e escrever até aqueles que tiveram acesso ao ensino médio a e curso profissionalizante. Do ponto de vista da situação conjugal, três são viúvos e apenas uma senhora divorciada. Quanto ao exercício de atividade laborativa houve unanimidade de todos que se encontram aposentados na atualidade.

#### **3.4.4 Análise dos resultados**

Para efeito das análises é importante informar que nesta pesquisa todos os sujeitos pesquisados, apesar da unanimidade em fornecer autorização para a divulgação dos nomes, serão indicados apenas com as iniciais dos nomes, salvaguardando desta forma o sigilo e preservando as suas identidades.

Com vistas à análise dos resultados, e, propositalmente como forma de conhecer o Programa de Atenção à Terceira Idade privilegia-se a princípio as narrativas apresentadas pela Psicóloga representante do referido Programa, a qual discorreu desde o início da implantação (história) até o funcionamento na atualidade. Devido à riqueza dos dados levantados na entrevista optou-se ainda por analisar os conteúdos preservando-se ao máximo o discurso.

A Secretaria de Promoção Social aqui de Osasco trabalha hoje como Centro de Referência da Assistência Social, quer seja para proteção básica quanto para proteção social especial. [...] E especificamente o trabalho deles está parceriada com a promotoria pública, porque tem a questão de interdição, de problema de doença mental, ou de abandono e eles precisam fazer o rompimento familiar e encaminhar este idoso para ser institucionalizado [...] Dentro da proteção básica nós temos seis unidades que funcionam distribuídos pelo município atendendo todas as faixas etárias, inclusive o grupo de idosos. [...] Essa unidade que hoje é chamada de CATI - Centro de Atenção a Terceira Idade, existia numa unidade no Jardim Sindona, numa chácara de uma família conceituada aqui de Osasco, porém, essa unidade que atendia o idoso funcionava junto com um albergue no mesmo lugar, mas que após uma reorganização, mantiveram o local só para os idosos [...] E foi no ano 1993, com a

nova administração que teve uma reorganização, uma reestruturação em todos os trabalhos, onde foram contratados profissionais, denominados hoje profissionais técnicos, que eram os professores de educação física, assistentes sociais, os psicólogos. [...] Nossa primeira pesquisa foi ir ao SESC, porque era a referência que nos tínhamos no Brasil de trabalho mais antigo, para verificar como funcionavam e tentar diagnosticar aquela realidade e fazer algumas adequações. [...], e fomos caminhando com isso. [...] E aí o que nos entendíamos era que todos esses idosos eram de responsabilidades de um trabalho a ser executado por um órgão público e fomos criando possíveis parcerias e adentrando a essas organizações não governamentais, e dando um auxílio, na verdade inclusive na criação de novas entidades. [...] E aí desenvolvíamos um trabalho de dois em dois meses, mais ou menos, realizando atividades em conjunto, usando os espaços públicos como o Parque Chico Mendes, quadras, e tudo mais, quer fosse para comemoração, quer fosse de atividades físicas, de orientação para qualidade de vida, e tudo mais. [...] Em 1996... 1997 eu saí da unidade do jardim Sindona e vim trabalhar com uma assistente social na sede da secretaria, exatamente para auxiliar na formação desse atendimento, desse segmento, porque era uma coisa que estava iniciando e precisava de uma organização para isso. Era preciso orientar essas pessoas que direta ou indiretamente trabalham com idoso [...] passando por orientações, por cursos [...] dando orientações e subsídio para essas pessoas criarem suas próprias pernas e conseguirem enquanto órgãos não governamentais desenvolverem um trabalho e auxiliar o Estado nesse sentido. Sabendo, que hoje é impossível se pensar que só o órgão não governamental é que vai dar conta de todas as necessidades que essa população tem. [...] Em 1997 fica permanecendo esta unidade do CCI - Centro de Cidadania ao Idoso e outros seis equipamentos já em funcionamento com crianças, adolescentes. [...] Então hoje essas seis unidades estão na sua terceira nomenclatura que hoje é chamada de Centro de Referência da Assistência Social – CRAS.

Ainda em 1997 [...] o nosso contingente estava aumentando muito. E aí foi-se desenvolvendo um projeto e esse projeto num primeiro momento iniciou-se com a secretaria de promoção social em parceria com a secretaria da saúde, funcionando como um centro de referência. O espaço físico, o terreno, era da Prefeitura, e foi um empresário que entrou com a construção, porém, era todo esse espaço com profissionais da assistência, os professores de educação física, os psicólogos, os assistentes sociais, e da saúde, o pessoal da geriatria, o clínico geral, gerontologista, fisioterapeuta, e era um mega espaço que no ano de 2000 inaugurou e no ano de 2001 começou a funcionar. Porém, exatamente nesse ano, já uma parte a secretaria, por um motivo de gestão, uma parte a Secretaria de Promoção Social veio ocupar um espaço aqui em cima, mas era pouco. De qualquer forma até hoje não sabe exatamente qual foi o problema que aconteceu, mas houve um rompimento da Saúde com a Secretaria de Promoção Social [...] e a Secretaria da Saúde fez a retirada dos profissionais, médicos, dos equipamentos e de todas as coisas e a única pessoa que sobrou da saúde foi um médico clínico geral, que por alguma razão, também na reestruturação toda, ele acabou ficando, ficando, ficando e aqui ele ficou. E ele é uma pessoa que contribui no sentido de avaliar e acompanhar e ainda ele esta

hoje aqui com a gente. Então, da saúde o Dr. Paulo foi o único que se manteve aqui. E na verdade a função dele é de trabalhar acompanhando esses idosos no que refere a orientações individuais, em atendimento, encaminhamentos e tudo mais, auxiliando nos atestados médicos para as atividades físicas e dermatológicos no caso das piscinas e, enfim ele é o único da Saúde que faz parte desse corpo dando muita importância à Secretaria da Saúde. Porém, ele não pode medicar nada, porque se não ficaria caracterizado como um posto de saúde e não podemos nos caracterizar como tal aqui dentro, então ele faz os encaminhamentos, passa a receita, mas, não existe nenhum fluxo de medicamentos, de enfermeira aqui dentro. Em 2001, para se inaugurar essa unidade, foi dado o nome de CEPAE (Centro de Preparação e Atenção ao Envelhecimento) porque entendíamos que era preciso preparar as pessoas para chegar à velhice e entendendo que talvez uma década antes fosse o suficiente, pois essas pessoas vinham de uma geração que começavam a trabalhar muito cedo e provavelmente lá pelos 50 e poucos anos de idade elas já estavam se aposentando. [...] é importante que a gente trabalhe com essas pessoas pelo menos uma década anterior ao período de entrar na etapa propriamente dita para o idoso [...] E quando foi no ano de 2003, por questões financeiras aquela chácara teve que ser fechada e aí tinham que transportar essas pessoas, para outro lugar e esse lugar seria aqui, e aí a grande pergunta era: precisamos preparar essas pessoas, tanto as que vão sair e perder algumas coisas e vir para um lugar novo, enquanto as que já estão e que vão precisar receber esses que tinham outra forma de atendimento [...]. Foi um trabalho intenso de ter tudo isso [...] Até quando há um ano e meio mais ou menos, em 2009, eles optaram em fazer a retirada das refeições [...] mas que hoje, a coisa está mais ou menos controlada, então eles sabem que eles têm o café da manhã depois tem o lanche da tarde. E aí então mudou de novo, [...] vai receber o nome de CATI – Centro de Atenção a Terceira Idade, uma terceira idade porque atende acima de 60 anos de idade, [...] Então assim, pensando em todas as discussões é que a gente faz o encaminhamento das atividades aqui. Hoje, quem permanece lá de trás sou eu e três professoras de educação física que são três professoras que passaram por uma formação e também por uma assistente social, e aí o cunho todo sempre é dado das atividades na tentativa de você preservar autonomia, criar a independência, trabalhar com a questão da qualidade de vida e o reconhecimento dos seus direitos e de seus deveres enquanto pessoa idosa e apresentar novas possibilidades de vida nesse momento de envelhecimento. (Psicóloga, R.C.S.B.).

O relato apresentado aponta para as mudanças, transformações e conquistas que ocorreram desde a implantação do projeto em 1993 até os dias atuais no Município de Osasco. Discorre ainda de todo o desenvolvimento do Programa com o intuito de valorizar o atendimento ao cidadão idoso. Referido Programa leva em consideração que estes sujeitos devem ter assegurados legalmente a atenção às suas demandas, como protagonistas na luta pelos seus direitos, por conquistas

sociais e pela cidadania. Assim, tal análise baliza o que indica Torres e Sá (2008, p. 5), pois esses direitos devem ser considerados como “[...] um conjunto de ações que visam prevenir riscos, reduzir impactos que podem causar malefícios à vida das pessoas e, conseqüentemente, à vida em sociedade.”

A partir de toda a história sobre a construção/reconstrução do Programa no município, em toda a narrativa apresentada não ficava evidenciada a inclusão dos idosos bem como os benefícios obtidos. Questionada a respeito sobre a forma de inclusão dos idosos no Programa, a psicóloga afirma que, “devido a grande procura para a inclusão, havia uma lista de espera para aquela unidade variando para uma média de duas mil pessoas. Para minimizar o tempo de espera desses idosos, foi descentralizado o atendimento de uma única unidade (CATI) para outros seis Centros de Referência da Assistência Social (CRAS) no Município de Osasco”.

A narrativa a seguir ilustra a forma como os idosos tomam conhecimento do Programa e também as iniciativas de reformulações no atendimento para minimizar filas de espera, vejamos:

E é obvio que as pessoas vão tendo conhecimento das atividades que são oferecidas aqui (CATI) e das atividades que são oferecidas lá (Centro de Referência da Assistência Social). E esta pelo fato de ser o centro e ter sido um lugar planejado para atendimento especial de idosos, eles querem participar aqui.

É a única unidade que tem uma piscina, por exemplo, então, quem participa nos centros de referência na atividade de educação física [...] pode vir nesta unidade nos dias de atividade na água.

Temos as atividades de artesanato que são realizadas nessa unidade com 15, 17 pessoas voluntárias, que são voluntárias idosas e que participam daqui e esta atividade não tem nas outras unidades. Então, o grande objetivo, inclusive dos próprios centros de referências é criar nas comunidades uma articulação para essas pessoas usarem, quer seja um órgão público quer seja um órgão não governamental, para atenderem as necessidades daquela comunidade. Dessa forma, conseguimos mais ou menos, mandar algumas pessoas para outros locais minimizando a fila de espera de inscrição. Quando foi no meio ano passado (2010), a pressão ainda era muito grande, porém criamos uma série de novas propostas de não mais inscrever os idosos no CATI, mas de inscrevê-lo numa atividade específica, [...] e inscrevemos todo mundo dessa forma. Então, hoje a gente meio que zerou a fila de espera, mas sempre a prioridade que utilizamos como critério de inclusão no Programa de atendimento a Terceira Idade é saber primeiramente aonde é que o sujeito mora, e dependendo da atividade que ele mostra ter interesse, o inscrevemos aqui neste Centro. [...] Todo esse processo de organização foi uma forma de tirar um pouco essas pessoas que ficavam esperando alguém morrer. Quando que eu vou ter uma vaga liberada? Quando alguém falecer ou por algum motivo desistir, mas a

desistência nunca acontecia, e a melhora na qualidade de vida ficava 10 anos esperando. (Psicóloga, R.C.S.B.).

Diante do exposto, observa-se que os benefícios obtidos, pelos idosos que estão inclusos neste Programa, se expressam na qualidade de vida que eles vão adquirindo com o passar do tempo. Nas palavras da psicóloga, a seguir, fica evidenciada a preocupação de trabalhar as questões complexas que envolvem o envelhecimento em todos os seus aspectos, como segue:

[...] o benefício que eles têm e o objetivo que nós temos é fazer com que chegue a informação a esse idoso em sua casa e que não sabe que existe nada, mas que ouvia informação do próprio órgão público ou quer seja boca a boca. [...] Sabemos que são pessoas de idade [...] e que a grande maioria são mulheres, mas, é uma das cidades da região oeste que tem o maior número de idosos do sexo masculino frequentando as unidades. [...] E o que nós sempre tentamos fazer é resgatar e oferecer alguma coisa para esse público masculino, ainda que seja pra ele jogar bilhar. E que é uma outra grande discussão, porque é que esses homens ficam jogando bilhar o tempo inteiro? Por que é um espaço de convívio e porque muitas vezes não damos a garantia cem por cento de que aquele idoso que está sentado junto comigo discutindo a questão social da relação de avô com neto, que esse assunto também não esteja sendo discutido lá, enquanto eles estão jogando bilhar. Então, assim, o espaço do lazer também é usado para convivência, para desenvolvimento social cognitivo e tudo mais. Porque eles adoram, porque é ali que eles estabelecem as novas relações, porque é ali que eles realizam os seus entaves com as suas diferenças e é ali naquele momento que trabalham a questão da sexualidade deles [...] Para a questão da inclusão, podemos colocar aqui no sentido de ter como um grande objetivo trazer esse idoso a participar de um lugar onde ele seja trabalhado em todos os seus aspectos de desenvolvimento neste período de envelhecimento. (Psicóloga, R.C.S.B.).

Observa-se, pois, que a qualidade de vida vem se mostrando como algo importante e inerente em vários segmentos, especialmente para a população idosa, evidenciando sempre a sua condição de vida.

Nesse contexto, a qualidade de vida se constitui num dos indicadores de desenvolvimento humano, que aponta para a necessidade de uma disponibilização de recursos e acesso a bens e serviços que promovam à dignidade e melhoria das condições de vida de toda sociedade. Outro aspecto importante refere-se ao fato de que a qualidade de vida, em especial na velhice, deve ser compreendida numa

perspectiva que vá para além da renda e da saúde, mas que numa dimensão subjetiva envolva a satisfação pessoal do sujeito.

Torres e Sá (2008, p. 3), afirmam ainda que, “construir estratégias para preservar a qualidade de vida e a saúde da população idosa é um dos grandes desafios que os profissionais que atuam na área do envelhecimento enfrentam cotidianamente”.

Nesse âmbito, foi relatada ainda pela psicóloga do CATI, qual sua visão sobre a política para o idoso de um modo geral.

Nessa perspectiva, foi relatada ainda pela psicóloga do CATI, a sua visão sobre a política pública para o idoso de um modo geral. A narrativa que segue apresenta essa visão demonstrando a constante preocupação com o segmento idoso nos aspectos gerais, enquanto sujeitos construídos historicamente, e, enquanto cidadãos de direitos que contribuíram significativamente na construção dessa sociedade.

Talvez possamos pensar numa coisa básica que não envolva só a minha visão, mas, a forma geral de entendermos a história desse país. Ao longo de muitos anos nós fomos considerados um país de jovens e a grande pergunta é: será que nos preparamos culturalmente ou mesmo politicamente para desenvolver ações e para criar toda uma forma de educação, a fim de entender essa pessoa idosa? E hoje a gente se vê, ao longo das últimas duas décadas, numa situação onde abrimos a janela de casa e vemos velhos por tudo quanto é lugar.

Precisamos entender que esse velho tem algumas manias assim como nós adultos temos, como os adolescentes têm, como os jovens têm, como as crianças têm. Como é que lidamos com tudo isso? E como é que a questão cultural está diretamente ligada ao desenvolvimento social? Como é que a gente se prepara então no que se refere à saúde, para atender essa população? Como é que a gente se prepara politicamente para fazer isso? Continuamos por um lado não permitindo, não dando a possibilidade que uma pessoa acima de 60 anos de idade exerça a sua cidadania e que não precisa mais votar, mas, por outro lado se compra o voto desse cidadão criando Centros de Convivência, com “lanchinho” da tarde, com bailes, se votar em um determinado político. Agora, ainda que consideremos o baile como algo importante, ele tem que ter um objetivo e esse objetivo deve estar dentro daquilo que se entende por criação de política pública para atender essa população em específico.

Então eu digo que a minha visão hoje é muito mais no sentido de ter a compreensão de evolução histórica e em cima de disso quais são os possíveis passos que podemos ter para atender essas pessoas, de forma a garantir não só a qualidade de vida, mas também que se

respeite à dignidade e o exercício de cidadania delas, enquanto pessoa. É pensar nessa velhice como um processo de envelhecimento, por exemplo, ele não estava com 59 anos 11 meses e 29 dias dormindo e no dia seguinte ele acordou e agora tudo mudou porque virou idoso, mas, ele vem tendo uma série de perdas, mas também vem tendo uma série de ganhos, de ganhos que ele conseguiu ao longo da vida inteira, agora é obvio que é preciso considerar a individualidade, o tempo e o espaço que essa pessoa vivenciou, as experiências, que é o resultado do que ela é hoje. E é o tudo isso que precisa ser dado continuidade. Então assim, é por respeito não só pelo que ele contribuiu, mas o respeito naquilo que ele ainda tem de possibilidades, de novas possibilidades dentro de um projeto de vida. O que mais eu posso fazer até o dia que eu morrer? Ainda que eu esteja doente, como é que eu posso levar uma vida com uma doença? Da melhor forma possível! E quem é que vai dar essa possibilidade? Por um lado a Constituição nos diz que o Estado que tem essa responsabilidade, a família tem outra responsabilidade com essas pessoas, todos temos a responsabilidade de considerá-las como cidadão. (Psicóloga, R.C.S.B.).

E, dentro desse contexto, ela nos fala sobre a percepção de como os sujeitos já inseridos interagem e como eles se manifestam com relação ao Programa.

Hoje vamos encontrar pessoas que freqüentam nossa unidade desde 1989, e a grande maioria está na faixa dos 80, 90 anos de idade [...], mas, isso não faz diferença nenhuma se ele é o número 1 (nº da inscrição) ou se é o número 3800, o direito vai ser o mesmo daquele outro idoso que está se inserindo agora. E então assim, numa avaliação é óbvio que vamos vendo toda a mudança até porque nós assumimos que tivemos de fato uma contribuição na vida dessas pessoas no sentido de orientá-las, no sentido de proporcionar um espaço onde eles possam falar a respeito das suas dificuldades, a respeito das suas angústias, em respeito da suas não informações, e o exemplo de informações é muito grande, [...] Então assim, para você se aposentar você não precisa de advogado nenhum, eu posso orientar você onde é que você deve ir, levar o quê, porque você vai ter a sua aposentadoria, você vai ter a possibilidade de ganhar o benefício de prestação continuada e para isso você não precisa pagar ninguém, você tem isso gratuitamente. Então hoje, quando você tem um maior número de idosos, você encontra muitas vezes esse discurso, de que é Deus no céu e especificamente uma assistente social que trabalha aqui na terra, [...] porque ela é a referência da pessoa que abre os olhos, que dá orientação, que acompanha, quem encaminha, que orienta o tempo inteiro em todas as questões, quer seja familiar, quer seja financeira, quer seja de saúde, de relacionamento e tudo mais, então, eu digo que eles acabam se manifestando, eu não sei se eles vão dizer especificamente a respeito das políticas, mas nós profissionais acabamos lidamos com isso temos um entendimento,

mas quando interpretamos o discurso deles percebemos que eles estão sendo beneficiados por estas políticas.

Então assim, eles vão dizer, olha, é muito bom isso aqui, eles são extremamente atenciosos conosco, essa assistente social é uma filha, ela é uma mãe, porque ela faz tudo! E ela faz única e exclusivamente aquilo que profissionalmente enquanto assistente social ela deve fazer, respeitando a legislação e tudo mais. Então, eles estão se referindo as pessoas, mas por trás dessa referência de pessoas o que eles estão falando é assim: Olha, eu estou sendo atendido por essa política. (Psicóloga, R.C.S.B.).

Diante dos relatos expostos, foi possível notar que o Município de Osasco dispõe de política pública voltada para o segmento idoso, na qual possui uma preocupação no que se refere à qualidade de vida e bem-estar desses sujeitos. Mesmo não atendendo a todos, visto que o número de idosos inscritos no Programa é menor que o número de idosos no Município de Osasco, podem ser justificados pela falta de conhecimento do Programa ou pela falta de acesso atrelado à locomoção ou a debilidade física. Contudo, a gestão mantém-se disponível a mudanças e transformações visando um atendimento eficaz e com efetividade.

Todo o trabalho desenvolvido pelo CATI, bem como o desempenho da equipe interdisciplinar tem como objetivo contribuir para um processo de envelhecimento ativo, saudável e autônomo; assegurando para os idosos um espaço de encontros visando promover a convivência familiar e comunitária; detectando possíveis necessidades, motivando e desenvolvendo potencialidades e capacidades para novos projetos de vida; propiciando vivências que valorizam as experiências, contribuindo para o desenvolvimento da autonomia estimulando e protagonismo social destes sujeitos.

Neste segundo momento passa-se à análise das narrativas dos sujeitos idosos a partir das entrevistas realizadas. Nesta perspectiva elegeu-se para a análise categorias que darão suporte aos aspectos abordados que foram significativos e das experiências vividas as quais estão implicadas nas narrativas dos sujeitos entrevistados a saber:

### a) **Sobre o conhecimento do Programa**

Primeiro eu trabalho aqui, eu era funcionário da prefeitura e trabalhava aqui, depois mudou a administração eu deixei a prefeitura e continuei aqui, mas como freqüentador. (A.G.S)

Então, eu participava a ACM, fiquei lá muito tempo. Nós participávamos de tudo, então quando o Bortolosso foi inaugurar aqui, nós viemos aqui com o teatro, com a peça, com nossa equipe de teatro da ACM, viemos pra inaugurar aqui. E aí, eu já fiz minha inscrição e continuei e estou até hoje. (I.A.S)

Eu tinha ido à Igreja Imaculada Conceição que lá tem a Terceira Idade e um casal que lá estava me deu as referências desta casa em outubro de 2010. (M.T)

O irmão do meu querido namorado, porque eu tenho um namorado, o irmão dele freqüenta aqui, ele me falou, ele veio aqui, olhou o ambiente, foi me buscar em casa, me trouxe aqui. (M.A.G.L)

As narrativas dos sujeitos apontam para diferentes épocas e para várias formas sobre como e quando conheceram o Programa. No entanto, fica evidente que todos obtiveram informações, por diferentes modos sobre a existência do mesmo. Assim sendo, buscaram uma aproximação para viabilizar a inclusão, possibilitando troca e interação com pessoas da mesma geração, dando abertura a um período de novas amizades, festas, encontros e passeios.

### b) **A inclusão no Programa da Terceira Idade**

Ao aprofundarmos sobre a categoria da inclusão de cada um dos sujeitos, as narrativas sobre este processo no referido Programa se configuram a partir das seguintes lembranças,

[...] eu comecei a participar a partir daquela data, quando eu deixei a prefeitura [...] aproximadamente há quatro anos. (A.G.S.)

Deve de ter mais ou menos quase 10 anos que tem aqui, que inaugurou aqui e que freqüento aqui. O prefeito era o Dr. Silas Bortolosso, então, desde essa ocasião nós viemos, inclusive, eu tenho as fotos de tudo, que saiu no jornal, da inauguração. Eu tenho tudo. (I.A.S.)

[...] E eu vim, falei com a dona Rosana ela me atendeu graciosamente, trouxe os documentos em dois dias e a dona Cida me filiou e imediatamente comecei a participar desta casa que é muito convidativa e tem atrações aqui que me servem [...]. (M.T.)

Eu cheguei e perguntei pelo violão, porque antigamente a gente não tinha um professor de violão, nós tínhamos um senhor que gostava de cantar música sertaneja e ele tinha um grupinho e eu queria entrar, queria brincar com violão, não queria mais nada, só o violão, aí meu querido me deu um violão e eu vim aqui e comecei nesse grupo de violeiro, depois ele infelizmente faleceu e o Chico veio pra cá e começou a dar aula de violão. Então meu interesse aqui no CATI foi violão, depois do violão é que vieram outras coisas [...]. (M.A.G.L.)

No comparativo dos relatos, observa-se que a inclusão desses sujeitos aponta para uma diversidade de motivos, sendo que para dois deles, ocorreu de forma semelhante, ou seja, pelas atividades que o Programa oferecia, e que de alguma forma atendia as suas necessidades pessoais. Para o entrevistado A. G. S. a sua inclusão no Programa se deu normalmente e automaticamente após a saída do emprego no próprio CATI, pois já estava inserido de forma indireta. Para o sujeito subentende-se que o tempo livre disponível favoreceu a sua inclusão.

Na análise mais ampla, percebe-se que todos buscam nas participações melhorias na auto-estima, além de ter a possibilidade de construir novas relações e outras formas de compartilhar o aprendizado com outros companheiros nessa fase tão permeada por mudanças e perdas afetivas.

### **c) As mudanças de vida após a inclusão no Programa**

No que diz respeito a essa categoria de análise que trata das mudanças em suas vidas, fica evidente nos relatos os fatos que levou a alguma modificações em suas vidas, de tal maneira cuja objetividade das respostas que pode ser traduzida da seguinte forma:

A única coisa que acrescentou é que aqui é o local do meu passa tempo. (A.G.S)

Filha, eu acho que mudou muita coisa, porque a gente tem o prazer de estar aqui, a gente não vêm todos os dias porque sempre tem alguma coisinha pra fazer, mas pelo gosto eu vinha todos os dias, porque é muito bom, mudou muita coisa mas, não só na minha vida,

de todas as colegas, os amigos, que a gente faz as reuniões aqui [...], a gente esquece muitas coisas, porque a gente vai ficar em casa fica pensando bobagem e aqui não, você distrai a cabeça, faz amizade com todo mundo, o pessoal é muito bom pra gente, [...] e graças a Deus hoje eu estou aí, eu só não sou mais feliz porque eu acho que não tem mais espaço, porque a amizade que eu tenho, se eu pego um ônibus errado aqui em Osasco eu to em casa de tanta amizade que eu faço com as pessoas [...]. Depois que eu comecei a vir aqui pro CATI então, é uma beleza. Aqui, é uma felicidade muito grande pra gente. Eu faço teatro, e participo tocando viola, essas coisas, componho sarau, viola, violão, e gosto muito de cantar, faço dupla, faço tudo as coisas. (I.A.S)

Bem, a auto-estima meu cresceu, meus filhos ficaram satisfeitos, felizes, de saber que eu tinha conseguido mais uma ocupação para o meu lazer, [...] então é mais uma ocupação. (M.T)

Eu acho que eu passei por uma metamorfose. Porque eu era e sempre fui, sempre gostei de sair, de passear, de viajar, eu sempre quis fazer isso que eu faço hoje, mas sempre fui impedida pelo marido, sempre impedida, sempre ali cuidando das minhas coisas (ela faz referência as coisas como dona de casa). Então, mudou muito, eu estou fazendo aquilo que eu sempre quis fazer, que sou apaixonada por teatro, gosto de violão, então eu estou fazendo aquilo que eu sempre quis fazer e nunca pude fazer. Depois que eu me separei e tive minha liberdade, mudou tudo, se você ver uma foto minha de 10 anos atrás, você vai dizer, não é você. Mudou tudo. (M.A.G.L)

No aspecto referente às mudanças ocasionadas em suas vidas, foi nítida a percepção de que a inclusão no Centro de Atendimento a Terceira Idade fez, de fato, sentido, pois foram quase que unânimes em afirmar que houve melhoras tanto na questão psicológica quanto física.

É interessante ressaltar que para dois dos sujeitos houve também críticas sobre a eficiência do Programa no que se refere a uma atenção mais específica a respeito às atividades que o Programa dispõe. Visto que ao longo do tempo devido às mudanças e transformações ocorridas houve uma perda daquilo que significa para eles os seus direitos, e que de alguma forma foi necessário uma readaptação às normas e rotinas do Programa.

Outra questão que merece atenção e que apresentou certa polêmica do ponto de vista da consciência política/crítica dos sujeitos concerne ao conhecimento dos mesmos sobre a forma como era administrada o Programa anteriormente a visão que detêm hoje e quem o mantinha na forma como foi concebido.

Nas narrativas apresentadas dois sujeitos se manifestaram colocando pontos de vistas críticos que diferem de um que se abstém em falar sobre a questão e outro que não coloca a sua opinião vejamos:

Olha isso aqui já foi muito bom, aqui foi fora de sério, até uns dois anos atrás, ai depois de dois anos atrás cismaram de cortar o almoço dos velhos, não adiantou os velhos xingarem, qualquer coisa assim, eles mantiveram o corte sem almoço. E a gente tinha almoço aqui, desde quando fundou isso aqui, então cortaram o almoço, isso aqui hoje pra nós, ta definhando demais. Há três anos, querida, aqui essa hora já estava borbulhando de gente, de idosos, hoje a média de 10 12 que freqüentam aqui. Isso aqui ta definhando muito, procuram cortar ao máximo o que os velhos tinham de benefício, entendeu? Então chegam pra mim e falam que o Sr tem que fazer ginástica, mas eu vou fazer ginástica quando eu não posso fazer ginástica. [...] porque toda hora aparece alguma coisa que vem prejudicar os idosos, mas pelo menos eu tenho gritado e xingado. Eu não fico quieto, [...] nós estamos hoje numa administração que no meu entendimento que mudar isso aqui tirando os idosos para o escanteio, na minha opinião. Agora eu me mantenho aqui só pra tomar conhecimento das coisas. (A.G.S)

Isso já foi bom, foi muito bom. Esse horário tinha umas 300 pessoas mais ou menos aqui. Foi muito bom, nós tínhamos uma assistência muito boa, eles davam café da manhã, o almoço e o café da tarde, os bailes eram de 2ª, 4ª e 6ª, hoje é de 2ª e 4ª com muita luta pra manter o baile, e eles foram tirando, foram tirando, foram tirando com a atual administração. Os outros prefeitos todos sempre mantiveram o almoço, mantiveram tudo, as salas eram todas nossas, tínhamos as atividades cada uma no seu canto, e hoje foram tirando salas, foram colocando alfabetização, foram colocando o IBGE, e foram tirando.[...] Então eu não vou me adaptar ao sistema deles porque eu tenho a minha vida, eu tenho neto, eu tenho minha casa eu tenho meu apartamento pra cuidar. (M.A.G.L)

Isso aqui, ninguém me explicou, mas pelo que eu vejo a prefeitura que está mantendo esse espaço pra terceira e quarta idade, por força e vontade do prefeito, penso eu, porque se fosse outra pessoa que não se interessasse pela terceira idade, cruzava os braços e ficava omissos disso aqui. (M.T)

Nada a relatar. (I.A.S)

Pode-se verificar nos depoimentos que a capacidade de indignação relativa à política e políticos, principalmente daqueles que possui opiniões críticas (sem levar em consideração a escolaridade). Tais discursos incisivos apresentam-se sempre, com maior clareza, em questões desta ordem. Existe, também, uma crítica enfática nos relatos dos entrevistados no sentido de sentirem-se lesados pela política atual e

pelas mudanças ocorridas após a troca de mandato, pois, conforme A.G.S, a prefeitura poderia ter um investimento maciço em políticas públicas essenciais para a manutenção e equilíbrio dos idosos como um todo.

Diante do exposto, ainda se sobressai os benefícios adquiridos e conquistados e mesmo sentindo-se desfalcados, ainda faz sentido a participação no Programa.

#### **d) Significados e experiências do Programa nas suas vidas**

Como para toda situação vivida, existe um significado, uma importância gerada dentro de cada sujeito, neste espaço, foi trazido de forma espontânea o significado da participação nesse processo de inclusão da qual resultou em conquistas obtidas através do Programa.

[...] a única coisa boa que tem são os encontros dos idosos, dos amigos que a gente se sente bem de estar com eles, brincando, jogando e se divertindo. [...] porque eu passo uma boa parte do meu tempo aqui, se eu não passar aqui eu vou pra onde? Vou pro SESI? Vou pro SESC? Vou pra ACM? Só que o meu objetivo de vir aqui é pra não deixar a peteca cair. (A.G.S)

Eu me sinto feliz de saber que eu ainda posso fazer alguma coisa pra ajudar e não pra atrapalhar, porque tem umas pessoas de idade que é doente e precisa de ajuda [...] então a gente tem que procurar ajudar e não atrapalhar até enquanto Deus dá missão pra gente vamos procurar fazer o bem, procurar sabe as coisas que a gente , a gente ainda pode fazer alguma coisa. Então é isso, eu tenho esse modo de pensar assim. (I.A.S)

Realizado. Aqui nesta casa encontrei uma senhora, nós somos namorados, minha alegria cresceu já não me sinto só, sinto que tem alguém do meu lado pra nos amarmos, então me sinto a vontade, meus filhos sentem essa alegria porque não estou só.

Para mim significa que eu criei uma nova família, e todos eles aqui são gentes muito atenciosas, principalmente, funcionários, diretores, tratam muito bem a nós, então eu tenho um futuro mais longo na minha vida, porque a gente com auto-estima, a gente tem mais saúde, não fica precário, fica cada vez mais sadio. E eu, todo dia faço minha oração à noite, falo com Deus, peço saúde pro pessoal aqui do CATI, [...] toda essa gente que forma a minha família. Eu gosto muito daqui. (M.T)

Então, eu renasci aqui dentro, eu tomava um monte de remédio e parei de tomar porque eu comecei a me envolver com as coisas

daqui, só tomo os tradicionais, porque eu tenho que fazer a prevenção, mas, que aliás, eu só tomo remédio natural. Eu renasci quando eu comecei a fazer teatro, a fazer violão, tocar na orquestra, aquele negócio todo, eu gosto muito. (M.A.G.L)

Os sujeitos entrevistados relataram sobre o significado que o Programa tem para suas vidas de forma distintas. Para um dos sujeitos, o espaço serve também como papel para posicionar-se como observador, monitor de atividades, para que o desenvolvimento seja uma realidade. Contudo, tal realidade não deixa de ser interessante para os outros sujeitos, pois evidenciaram esse significado, como uma forma de realização pessoal, em todo momento na entrevista.

Esses idosos consideram como uma conquista a sua independência e o apoio que obtém de seus familiares. Mesmo que possuam algumas limitações, procura de alguma forma aproveitar a vida, superando as dificuldades impostas por esta fase.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Estudar o ser humano idoso, na sua totalidade, proporciona uma base para discussão sobre quem é esse sujeito e como se dão as suas relações sociais nesse último ciclo da vida denominado velhice.

A partir do conhecimento obtido por intermédio das narrativas dos sujeitos entrevistados foi possível conhecer a forma como cada um obteve conhecimento do Programa intitulado de CATI – Centro de Atenção a Terceira Idade, vivenciada em situações diferentes, em épocas diferentes, cada um com sua particularidade nesse processo de inclusão. Além de conhecer também o que o Município de Osasco apresenta como política pública para este segmento e quais os valores nele contido que sustenta esse trabalho.

Foi possível perceber, diante dos relatos expostos, uma unanimidade para a motivação que tiveram em buscar algo que preenchesse o tempo ocioso e até mesmo o vazio da solidão, já que, de uma forma geral, todos demonstraram independência nas atividades da vida diária.

Todos os idosos entrevistados, quando questionado sobre as mudanças ocasionadas em suas vidas após o ingresso no Programa, relataram que a participação no mesmo não é apenas um passatempo como alguns acreditam, mas têm uma importância significativa, pois lhes possibilita uma ressocialização, aumentando o seu grupo de amigos, trazendo também benefícios principalmente à auto-estima, além de abrir espaço para novas conquistas amorosas. Proporcionado assim, um novo sentido para suas vidas, pois antes de se inserirem no Programa se sentiam sozinhos e sem muitas expectativas.

Nas narrativas apresentadas os sujeitos também foram ouvidos quando relataram colocando pontos de vistas críticos sobre a forma com que é administrado o Programa deixando evidente a necessidade de uma revisão de conceitos, posturas, comportamentos e, sobretudo, no que se diz aos direitos outrora conquistados. No entanto, a política pública no Município de Osasco voltada para o segmento idoso, mostrou-se satisfatória em relação a algumas das necessidades dos idosos, pois cada um de forma subjetiva fala do nível de satisfação que obtém com o Programa.

Quanto à justificativa para o excedente de pessoas idosas excluídas, levamos a supor a ausência de divulgação por parte da Prefeitura do Município de Osasco evidenciando que se trata de um programa divulgado entre os próprios idosos. Neste caso o processo de divulgação deveria ser ampliado para outras secretarias de governo do Município para oferecer os serviços que o Programa dispõe a essa população de idosos. Pois mesmo os que possuem algum problema de saúde, ou até mesmo algumas limitações físicas participariam das atividades propostas como forma de melhor aproveitar a vida por intermédio de outros espaços de sociabilização.

Nessa perspectiva, foi possível perceber que essa política pública, mesmo sofrendo alterações e mudanças ao decorrer do tempo, não se tornou incipiente, mas em um determinado momento deixou evidenciada uma diminuição dos direitos e das garantias fazendo com que os idosos participantes se sentissem insatisfeitos com o Programa.

Considera-se assim, que os objetivos gerais e específicos colocados neste trabalho foram alcançados e a hipótese confirmada, pois trouxeram de forma espontânea o significado da participação nesse processo de inclusão da qual resultou em benefícios e conquistas obtidas através do Programa.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Karen Santana de. **Velhice e Subjetividade**: a condição de ser idoso na sociedade capitalista contemporânea. Ed. abr. 2007. Artigo *on-line*. Disponível em: <[www.subsociologia.com.br/congresso\\_v02](http://www.subsociologia.com.br/congresso_v02)>. Acesso em: 10 out 2010.

ALMEIDA, Vera Lúcia Valsecchi de. **Modernidade e velhice**. Revista Serviço Social & Sociedade. Ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

BARBETA, Rita de Cássia Silva. **Políticas Públicas de Atendimento ao Idoso**: A Experiência da Cidade de Osasco. 2002. 149 f. Dissertação de Mestrado em Gerontologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2002.

BARRETO, Sandhi Maria. RESENHAS BOOK REVIEWS - **Envelhecimento**: Prevenção e Promoção da Saúde. Litvoc J, Brito FC, organizadores. São Paulo: Atheneu; 2004. 226 pp. In: Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 22(9):2009-2013, set, 2006. <http://www.scielo.br/pdf/csp/v22n9/27.pdf> Acesso em 01/11/10.

BERZINS, Marília Anselmo Viana da Silva. **Envelhecimento populacional, uma conquista para ser celebrada**. Revista Serviço Social & Sociedade. ano XXIV. São Paulo: Cortez, 2003.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Lei Federal n. 8.842**, de 4 de janeiro de 1994. Dispõe sobre a Política Nacional do Idoso, cria o Conselho Nacional do Idoso e dá outras providências. Presidência da República. Brasília, DF: jan. 1994. Disponível em: <<http://www.pge.sp.gov.br/centrodeestudos/bibliotecavirtual/dh/volume%20i/idosolei8842.htm>>. Acesso em: 19 mar. 2009.

BRASIL, **Lei Federal n. 10.741**, de 1º de outubro de 2003. Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. São Paulo: Sugestões Literárias, 2003.

CABRAL, Benedita Edina S. L. **A questão social do novo milênio**. Artigo *on-line*. ed. 2004. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/lab2004/pdfs/BeneditaCabral.pdf>>. Acesso em: 17 jan 2011.

CAMARANO, Ana Amélia. Especialista do IPEA. **Comentário sobre a situação da população do futuro e o seu envelhecimento**. São Paulo mai.2010 Acesso em 08 out. 2010. Disponível em: <http://memoriadodae.wordpress.com/2010/05/14/ana-amelia-camarano-especialista-do-ipea-comenta-a-situacao-da-populacao-do-futuro-e-o-seu-envelhecimento/>

CAMARANO, Ana Amélia. **Envelhecimento da população brasileira**: uma contribuição demográfica. Artigo *on-line*. ed. jan. 2002. Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.ipea.gov.br/publ](http://www.ipea.gov.br/publ)>. Acesso em: 24 Nov 2010

CAMARANO, Ana Amélia. **Os novos idosos brasileiros**: Muito além dos 60? Rio de Janeiro. Disponível em:

[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq\\_29\\_Livro\\_Completo.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/idososalem60/Arq_29_Livro_Completo.pdf)

Acesso em: 25 nov. 2010.

CARVALHO, Maria Moreira Inaiá de; ALMEIDA, Paulo Henrique de. **Família e proteção social**. São Paulo em Perspectiva, 2003, v.17, n.2 p. 109-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf> . Acesso em 25 nov 2010.

FERNANDES, Maria das Graças Melo de; SANTOS, Sérgio Ribeiro. **Políticas públicas e direitos do idoso**: desafios da agenda social do Brasil contemporâneo. Revista de Ciência Política *on-line*. Disponível em: <[http://www.achegas.net/numero/34/idoso\\_34.pdf](http://www.achegas.net/numero/34/idoso_34.pdf)>. Acesso em: 11 mar. 2009.

FERRARI, Mario; KALOUSTIAN, Silvio Manong (Org.). **Família Brasileira**: a base de tudo. 7 ed. São Paulo: Cortez; Brasília: DF: UNICEF, 2005.

FERREIRA, José Vicente. **Os muitos idosos no município de São Paulo**. Dissertação em Saúde Pública. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2006. Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Universidade de São Paulo (USP). Disponível em:< [jawww.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01022007-174148/](http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-01022007-174148/)>. Acesso em 25 nov 2010

FONSECA, Maria Mesquita; GONÇALVES, Hebe Signorini. **Violência contra o idoso**: Suportes legais para a intervenção. Interação em Psicologia, 2003, 7, p. 121-128.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 1998.

IDOSO. **Minidicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2005, p. 268.

GAGLIETT, Mauro; BARBOSA, Maria Helena Saldanha. **Que idade tem a velhice?** Revista RBCEH, Passo Fundo V.4, nº 2, páginas 136-148, Jul/Dez 2007. Disponível em <http://www.upf.tche.br/seer/index.php/rbceh/article/viewFile/131/103>. Acesso em 24 set 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOLDANI, Ana Maria. **As famílias brasileiras**: mudanças e perspectivas. Cadernos de Pesquisa, São Paulo, n. 91, p. 7-22, Nov. 1994.

GOLDMAM, Sara Nigri. **Envelhecimento e ação do assistente social**: o serviço social e a questão do envelhecimento. Caderno Especial. n. 8. ed. 4-18 fev. 2005. Disponível em: <[www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial8.pdf](http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial8.pdf)>. Acesso em 25 nov 2010

MARTINELLI, Maria Lúcia. (Org.). **Pesquisa qualitativa**: um instigante desafio. Núcleo de Pesquisa sobre Identidade (NEPI). n.1. São Paulo: Veras, 1999.

MINAYO, Maria Cecília. **Ciência, técnica e arte**: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, Maria Cecília. (Org.). **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994. p. 37-40.

NASCIMENTO, Arlindo Mello do. **População e Família: ontem e hoje.** Artigo on-line. Set. 2006 Caxambú – MG Disponível em: [http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006\\_476.pdf](http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2006/docspdf/ABEP2006_476.pdf) Acesso em 25 nov. 2010.

PETRINI, João Carlos; ALCÂNTARA, Miriã Alves Ramos de; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **Família na contemporaneidade: uma análise conceitual.** Artigo on-line. Disponível em: [http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia\\_na\\_contemporaneidade.pdf](http://www.humanaaventura.com.br/arquivos/file/Fam%C3%83%C2%ADlia_na_contemporaneidade.pdf) Acesso em 25 nov. 2010.

PORTELLI, Alessandro. **História oral como gênero.** (Tradução Maria Terezinha Janine Ribeiro). Revista Projeto História. n. 22. São Paulo: Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História da Pontifícia Universidade Católica. São Paulo: PUC-SP, 2001.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Variações sobre a técnica de gravador no registro da informação viva.** São Paulo: Editora T.A. Queiroz, 1991.

RELATÓRIO do fundo das Nações Unidas para a população idosa 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104->>. Acesso em: 3 jan. 2011.

SANTOS, Silvana Sidney Costa. **A gerontologia à luz da complexidade de Edgar Morin.** Volume especial: Rio Grande. Fundação Universidade Federal do Rio Grande, out 2004. Disponível em [http://www.remea.furg.br/edicoes/vol\\_e\\_1/art02.pdf](http://www.remea.furg.br/edicoes/vol_e_1/art02.pdf). Acesso em 16/fev. 2010 Acesso em 10 out 2010

SARTI, Cynthia A. **A velhice na família atual.** Acta Paul Enf, v.14, n.2, p. 91-96, 2001 Artigo on-line Disponível em: [http://www.unifesp.br/denf/acta/2001/14\\_2/pdf/art10.pdf](http://www.unifesp.br/denf/acta/2001/14_2/pdf/art10.pdf) Acesso em 25 nov. 2010.

SCHONS, Carme Regina; PALMA, Lucia Terezinha Saccomori. **Conversando com Nara Costa Rodrigues sobre gerontologia social.** 2 ed. Passo Fundo: UFP, 2000.

TERUYA, Marisa Tayra. **A família na historiografia brasileira: bases e perspectivas teóricas.** Artigo on-line Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/docs/anais/pdf/2000/Todos/A%20Fam%C3%ADlia%20na%20Historiografia%20Brasileira....pdf> Acesso em 25 nov. 2010

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação.** São Paulo: Cortez, 2004.

TORRES, Mabel Mascarenhas; SÁ, Maria Auxiliadora Ávila dos Santos. **Inclusão social de idosos: um longo caminho a percorrer.** Revista Ciências Humanas. Universidade de Taubaté Brasil. v. 1. n. 2. ed. 2008. Disponível em: <<http://cesarkiraly.opsblog.org/files/2009/04/art5-n2-v1.pdf>>. Acesso em: 10 dez 2010.

## ANEXO A

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu, \_\_\_\_\_,  
 RG ou CPF \_\_\_\_\_, abaixo assinado, fui esclarecido  
 (a) sobre a pesquisa intitulada “Políticas Públicas para o atendimento de idosos no Município de Osasco”, enquanto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da Universidade de Santo Amaro (SP), Curso de Serviço Social e ainda, sobre:

Os Objetivos: Objetivo Geral:

Conhecer as políticas públicas de atenção aos idosos no município de Osasco, bem como as experiências e vivências de pessoas idosas de diferentes classes sociais e grau de escolaridade de ambos os sexos, na faixa etária acima dos 65 anos de idade.

Objetivos Específicos

Realizar entrevistas com um gestor responsável pela coordenação do projeto e/ou programa e mais quatro pessoas idosas de variadas classes sociais, e diferentes níveis de formação, acima de 65 anos de idade, para conhecer e analisar suas experiências e vivências, através das atividades desenvolvidas no programa.

Declaro assim, que aceito participar da pesquisa, respondendo às questões formuladas pela pesquisadora e autorizo a publicação dos resultados no qual será mantido sigilo sobre meu nome e endereço.

A responsabilidade da pesquisa é da aluna:

1. Elaine Baptista Janúario

Endereço: Rua José Yoshie Yamamoto, 155 – Jardim Novo Osasco – Osasco (SP).

Telefone: (11) 7547 9496

Assinatura do responsável da pesquisa:

1- \_\_\_\_\_

Assinatura do sujeito da pesquisa

2- \_\_\_\_\_

Endereço: \_\_\_\_\_ n° \_\_\_\_\_

Bairro: \_\_\_\_\_

CEP: \_\_\_\_\_

Município: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

Osasco, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2011.

**APÊNDICE A**  
**ESBOÇO DE INSTRUMENTAL PARA A COLETA DE DADOS**

(Este instrumento será gravado e transcrito)

Roteiro para questões que visam obter da gestão responsável as informações sobre as políticas públicas voltadas para o cidadão idoso no Município de Osasco.

1. Comente sobre a política pública para o idoso no Município de Osasco.
2. Como você avalia a inclusão dos idosos e também se todos os idosos são beneficiados.
3. Qual é sua visão sobre a política para o idoso de um modo geral.
4. Por favor, enumere quais são as políticas que o município destina para os idosos.
5. Na sua avaliação, como que os idosos se manifestam em relação a essas políticas.

**APÊNDICE B**  
**ESBOÇO DE INSTRUMENTAL PARA A COLETA DE DADOS**

(Este instrumento será gravado e transcrito)

Roteiro para questões que visam obter dos sujeitos entrevistados as informações sobre as políticas públicas voltadas para o cidadão idoso no Município de Osasco.

1. Conte-me sobre sua inclusão no programa que se encontra inserido.
2. Comente como o Sr (Sra) foi incluído (a) nesse programa/projeto.
3. O que mudou na sua vida a partir da sua entrada no programa/projeto.
4. O Sr (Sra) poderia informar quem mantém esse programa e como o Sr (Sra) tomou conhecimento.
5. Comente o que significa esse programa na sua vida antes e depois.